



TÍTULO

**MULHERES CAMPONESAS EM FEIRAS AGROECOLÓGICAS
UMA OPORTUNIDADE DE EMPODERAMENTO**

AUTORA

Livia Marchetti

	Esta edición electrónica ha sido realizada en 2023
Tutoras	Dra. D ^a . Emma Siliprandi ; Dra. D ^a . Irene García Rocas
Instituciones	Universidad Internacional de Andalucía ; Universidad de Córdoba ; Universidad Pablo de Olavide
Curso	<i>Máster Oficial en Agroecología : un Enfoque para la Sustentabilidad Rural (2021/22)</i>
©	Livia Marchetti
©	De esta edición: Universidad Internacional de Andalucía
Fecha documento	2022



**Atribución-NoComercial-SinDerivadas
4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0)**

Para más información:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.en>



MASTER OFICIAL EN AGROECOLOGÍA: UN ENFOQUE PARA LA
SUSTENTABILIDAD RURAL
2020/2021

**MULHERES CAMPONESAS EM FEIRAS
AGROECOLÓGICAS: UMA OPORTUNIDADE DE
EMPODERAMENTO**

Livia Marchetti

Tutoras:

Emma Siliprandi
Irene García Roces

**BAEZA
2022**

AUTORIZACIÓN Y VISTO BUENO PARA PRESENTACIÓN DE TFM

Nombre de la alumna: Livia Marchetti

Título del TFM: Mulheres camponesas em feiras agroecológicas: uma oportunidade de empoderamento

Resumen

O presente trabalho pretende evidenciar, a partir de uma perspectiva feminista centrada nas relações de gênero, os fatores que interferem e dialogam no processo de participação das mulheres camponesas em feiras agroecológicas, e como estes podem contribuir com o seu empoderamento. Tendo em vista que as feiras agroecológicas são uma proposta de construção de espaços alternativos de comercialização e de relações, se investigou como e em que medida podem constituir um instrumento de estabelecimento de novos equilíbrios nas relações de gênero, no contexto rural do Nordeste do Brasil, em que as mulheres são invisibilizadas e menosprezadas. Para isso, se analisaram trabalhos prévios sobre feiras agroecológicas e foi realizado um trabalho de campo com entrevistas a mulheres agricultoras no caso concreto do Espaço Agroecológico da Várzea, em Recife, Brasil. A análise foi estruturada no confronto e paralelismo entre a experiência direta das mulheres do EAV e os relatos e resultados das outras pesquisas levantadas pela revisão bibliográfica, sempre dialogando com a fundamentação teórica, baseada nas teorias feministas (economia feminista, teoria dos cuidados, ecofeminismo) em constante articulação com as propostas agroecológicas. Os resultados expõem os possíveis caminhos explorados com as mulheres camponesas para entender, por um lado, em que medida a participação em uma feira como a da Várzea pode contribuir para a visibilização do trabalho das mulheres e, por outro, até que ponto isso se constitui como uma oportunidade de empoderamento para elas.

Palabras claves

Mulheres camponesas; Feminismos; Empoderamento; Feiras agroecológicas

Abstract

The present work shows, from a feminist perspective centered on gender relations, the factors that interfere and dialogue in the process of participation of peasant women in agroecological fairs, and how these can contribute to their empowerment. Considering that the agroecological fairs are a proposal for the construction of alternative spaces for commercialization and relationships, we investigated how and to what extent they can be an instrument for establishing new balances in gender relations in the rural context of Northeastern Brazil, where women are invisible and undervalued. For this, previous researches on agroecological fairs have been analyzed and fieldwork was conducted interviewing women in the specific case of the Espaço Agroecológico da Várzea (EAV), in Recife, Brazil. The analysis was based on the confrontation and parallelism between the direct experience of the women of the EAV and the reports and results of other research raised by the literature review, always dialoguing with the theoretical basis, based

on feminist theories (feminist economy, theory of care, ecofeminism) constantly joint with agroecological proposals. The results expose the possible paths explored with the peasant women to understand, on the one hand, to what extent the participation in a fair like the EAV can contribute to the visibility of women's work and, on the other hand, to what extent this constitutes an opportunity for their empowerment.

Keywords

Peasant women; Feminisms; Empowerment; Agroecological fairs

A la vista del texto final del TFM presentado por Livia Marchetti, con título “Mulheres camponesas em feiras agroecológicas: uma oportunidade de empoderamento”, doy el visto bueno a su presentación y defensa ante el tribunal correspondiente al cumplir los criterios suficientes de calidad en su contenido y forma.

Para que conste y surja los efectos oportunos, lo firmamos en Roma, 19/09/2022

NOMBRE DIRECTORA

Emma Siliprandi

NOMBRE CO-DIRECTORA

Irene García-Roces

Agradecimentos

Quero agradecer com todo meu coração meu companheiro Rodrigo, pela força, suporte e incitação ao longo do Máster e de todo o processo que foi necessário para chegar à defesa do TFM. Meu filho Cauê por seu amor incondicional e compreensão quando as aulas do Máster e a escrita do TFM determinaram menos tempo para estarmos juntas, e minha filha Maira, por sua chegada no meio deste furacão, sua força de mulher poderosa que vai me ensinar muito neste caminho complexo que é a vida.

Sou profundamente grata à Emma e Irene, por ter me apoiado constantemente, sem elas não teria conseguido chegar até aqui. O processo que me levou a conseguir, finalmente, finalizar este TFM foi longo e tortuoso, e elas sempre conseguiram me dar a força para seguir em frente e me direcionaram para alcançar a linha de chegada.

Agradeço muito Silvana, companheira do Master e amiga adquirida durante o percurso, por ter aberto as portas do Espaço Agroecológico da Várzea (EAV) e por ter facilitado o contato com as mulheres agricultoras, sempre com muito carinho, cuidado e paciência.

Sou grata às mulheres do EAV, que me dedicaram seu tempo e abriram seus corações em busca de um caminho conjunto de mudança.

Agradeço também todos e todas as companheiras do Máster, pelas trocas, pelos momentos lindos compartilhados não obstante a mediação de uma tela, pelas lutas que cada um leva pra frente e que compartilhou com a turma inteira.

Finalmente, sou grata à vida, que apesar das dificuldades é maravilhosa e vale a pena de continuar lutando por ela e com ela!

Índice

1. INTRODUÇÃO	9
2. OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL	11
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3. METODOLOGIA	12
3.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO E ABRANGÊNCIA DA PESQUISA	12
3.1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
3.2 TRABALHO DE CAMPO	14
3.2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS A SUJEITOS CHAVES	14
3.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	15
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
4.1. A AGROECOLOGIA COMO ALTERNATIVA	16
4.1.1. AS TRÊS DIMENSÕES DA AGROECOLOGIA	16
4.1.2 A TRANSIÇÃO (SOCIAL) AGROECOLÓGICA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR	18
4.2 OS SISTEMAS AGROALIMENTARES ALTERNATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE MUDANÇA	19
4.2.1 AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS	20
4.3 CONCEITOS DOS FEMINISMOS	21
4.3.1 OS DUALISMOS OPRESSIVOS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	21
4.3.2 A VIDA AO CENTRO PARA A SUSTENTABILIDADE	23
4.4 INCLUSÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NO DEBATE AGROECOLÓGICO	25
4.5 A INVISIBILIZAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NO BRASIL	27
4.6 O EMPODERAMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS, ENTENDIDAS COMO SUJEITOS POLÍTICOS	29
5. O ESPAÇO AGROECOLÓGICO DA VÁRZEA	31
5.1 AS MULHERES CAMPONESAS ENTREVISTADAS NO EAV	35
6. AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO OPORTUNIDADE DE EMPODERAMENTO	37
6.1 OPORTUNIDADES DE EMPODERAMENTO	38
6.1.1 MUDANÇAS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COM A FEIRA	38
6.1.2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO “ESPAÇO PÚBLICO” DA FEIRA	40
6.1.3 EMPODERAMENTO E AUMENTO DA AUTOESTIMA DAS MULHERES	42
6.1.4 A GESTÃO DO DINHEIRO E O INCREMENTO DO BEM ESTAR DAS FAMÍLIAS	44
6.1.5 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E AUMENTO DA DIVERSIDADE	46

7. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
ANEXOS	58
ANEXO 1 – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	59
ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A UMA MULHER DO EAV	60

1. Introdução

A profunda crise ecológica que o planeta enfrenta atualmente é acompanhada por uma crise social e a uma “crise dos cuidados” (Herrero, 2011; Carrasco et al., 2011). Esta se refere ao processo de desestabilização de um modelo prévio de divisão das responsabilidades que asseguravam a atenção às necessidades humanas e à reprodução social, garantindo a sustentabilidade da vida, exatamente como se ignoraram os limites biofísicos do planeta determinando a crise ecológica (Herrero, 2011).

Os feminismos, e em particular os ecofeminismos, sugerem que, invertendo essa tendência, possamos aprender da lógica da vida, que põe a vida ao centro e favorece a sua sustentabilidade. A agroecologia constitui um possível agente dinamizador para a sustentabilidade da vida, pois, de fato, se coloca como uma alternativa que propõe outras formas de economia (reciprocidade, cooperação, economia dos bens comuns, economia feminista) em contraste com a economia baseada no lucro e nos interesses do capital, e que questiona as formas atuais de poder (Carrasco, 2016; Soler Montiel e Pérez Neira, 2014; SORKIN, 2016). Contudo, como afirmado por diversas autoras (Siliprandi, 2015a; Lopes Ferreira e Mattos, 2017; Álvarez Vispo e Zubillaga, 2019), devemos lembrar que a agroecologia tem um viés androcêntrico e que não leva em consideração o patriarcado como forma de opressão de forma explícita. Esse aspecto constitui um dos maiores desafios para o diálogo da agroecologia com os (eco)feminismos e para a construção de um caminho conjunto.

A partir destas premissas, ao longo do *Master en Agroecología* e das reflexões e inquietações que vieram junto, pude me dar conta da importância da ligação indissolúvel entre a agroecologia, o reconhecimento das mulheres dentro do universo agroecológico, e o papel que elas cumprem em direção à soberania alimentar. O interesse em aprofundar essas questões direcionou a escolha deste trabalho de fim de máster, que inclusive teve que ser redimensionado várias vezes por causas maiores, principalmente as condições emergenciais da pandemia de Covid-19. Inicialmente, a ideia era de fazer um trabalho de campo mais amplo em um espaço concreto para poder realizar entrevistas em profundidade com mulheres agricultoras, e possivelmente aplicar alguma técnica de investigação participativa, para fazer uma reconstrução da história do espaço de uma feira agroecológica a partir do ponto de vista das mulheres. Porém, as condições reais impuseram uma readaptação.

Como indicado por diversos trabalhos prévios (Burg, 2005; García Rocés, 2017; Petit, 2018; Costa Bezerra, 2019), as feiras agroecológicas constituem um instrumento muito interessante que proporciona oportunidades de empoderamento e conscientização das mulheres, além de contribuir em várias formas com o processo de construção da soberania alimentar, tendo, porém, seus óbvios limites.

O presente trabalho pretende evidenciar, a partir de uma perspectiva feminista centrada nas relações de gênero, como se dá a participação das mulheres em feiras agroecológicas. Se discutem os fatores que interferem e dialogam no processo, para chegar a algumas propostas conclusivas sobre como essa participação possa ser fortalecida em ações futuras. Tendo em vista que as feiras agroecológicas constituem uma proposta de construção de espaços alternativos de

comercialização e de relações, se investigou como e em que medida a presença das mulheres nestas feiras pode constituir um instrumento para a construção de novos equilíbrios nas relações de gênero.

Para isso, parti das seguintes perguntas orientadoras: qual é a efetiva participação das mulheres camponesas nas feiras agroecológicas e em que medida isso é condicionado pelas relações de gênero? De que maneira esta participação evidencia potencialidades de mudança nessas relações? Em que medida isso pode constituir uma oportunidade de empoderamento para elas?

Para chegar a essas respostas, primeiramente, busquei apoio na bibliografia existente realizando uma revisão qualitativa sobre o tema. A partir dos elementos identificados através dessa revisão bibliográfica, que me dei conta ser insuficiente por si mesma para analisar este caso específico, fui a campo entrevistar algumas mulheres camponesas para completar e validar a análise. Realizei entrevistas semiestruturadas a mulheres agricultoras que formam parte do Espaço Agroecológico da Várzea (EAV), realidade constituída por agricultores/as do interior do estado de Pernambuco, associações e consumidores/as da cidade do Recife, no Nordeste do Brasil.

O caso de estudo analisado permitiu aprofundar aquilo que muitos estudos prévios afirmavam. Algumas das questões analisadas são: dentro de um espaço agroecológico é possível alcançar uma mudança de paradigma a respeito das relações de gênero? Como isso pode contribuir para a participação das mulheres neste espaço e para o reconhecimento do trabalho, da contribuição econômica e dos conhecimentos das mulheres para a sustentabilidade da vida? Qual é a importância destes espaços no empoderamento das mulheres? O feminismo e a agroecologia podem caminhar lado a lado na construção de um mesmo projeto de transformação da sociedade?

Os resultados permitiram chegar a esta dissertação, onde irei expor os possíveis caminhos explorados com as mulheres camponesas, para entender em que medida a participação delas em feiras agroecológicas contribui para um maior empoderamento. A partir dos dados provenientes das entrevistas realizadas com produtoras rurais atuantes no EAV e das observações de campo procuro demonstrar ao longo do trabalho interpretações que dialoguem com a revisão bibliográfica e a fundamentação teórica.

2. Objetivos

2.1 *Objetivo geral*

Evidenciar os fatores que influenciam a participação das mulheres nas feiras agroecológicas e analisar como estes podem contribuir para uma mudança nas relações de gênero e para o empoderamento de mulheres camponesas.

2.2 *Objetivos específicos*

1. Realizar uma revisão bibliográfica dos trabalhos sobre mulheres, relações de gênero e feiras agroecológicas.
2. Conhecer a percepção direta das mulheres em relação à participação numa feira, os desafios enfrentados e a importância que a feira tem na vida delas.
3. Ressaltar quais oportunidades e quais dificuldades se apresentam em relação à integração das mulheres nos processos ligados às feiras agroecológicas.
4. Compreender como as feiras agroecológicas podem contribuir com as mudanças nas relações de gênero na vida das famílias agricultoras.
5. Analisar como essas mudanças podem contribuir para o empoderamento das mulheres camponesas.
6. Contribuir para o reconhecimento das relações de gênero e de suas implicações nas feiras agroecológicas.

3. Metodologia

O presente trabalho de pesquisa situa-se no âmbito das investigações qualitativas, que representam um modo de investigar os fenômenos sociais que incluem uma série de técnicas interpretativas para descrever, decodificar, traduzir e sintetizar o significado de fatos que acontecem mais ou menos naturalmente no mundo social (Ruiz Olabuénaga, 2012). Como já descrito na introdução, a pandemia de Covid-19 determinou uma forte limitação para a aplicação de metodologias qualitativas mais aprofundadas, e também, para a utilização de técnicas de investigação participativa. Sabemos que essa foi uma importante limitação do trabalho porque quando se discutem questões sobre gênero, trabalho e empoderamento feminino, as metodologias participativas possibilitam de forma muito mais eficaz a obtenção de resultados que abrangem também as dimensões pedagógicas e políticas, em direção de uma real transformação social.

As técnicas de investigação qualitativa utilizadas para este trabalho se complementam e são consequentes. Se iniciou o trabalho de pesquisa por uma revisão bibliográfica qualitativa de trabalhos que vinculassem os temas de agroecologia, feminismos e feiras agroecológicas, para poder identificar os principais fatores relacionados com a participação das mulheres nas feiras. Na base dos elementos levantados através dessa revisão bibliográfica, para completar e validar a análise, foram definidos os temas mais importantes a serem investigados nas entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com as mulheres agricultoras do EAV. Por fim, após a transcrição das entrevistas, foi realizada a análise baseada no diálogo entre discussão teórica, temas norteadores e dados coletados para chegar aos resultados desta pesquisa e assim possibilitar tecer as conclusões.

3.1 Definição do objeto e abrangência da pesquisa

Antes de começar o *Máster en Agroecología*, eu já participava do EAV como consumidora, desde o nascimento do espaço. Quando chegou o momento de escolher o objeto da pesquisa desta dissertação, aproveitei da especial coincidência que Silvana Lemos, companheira do *Master en Agroecología*, é uma das componentes do grupo gestor do EAV, e se ofereceu gentilmente para “abrir oficialmente as portas” do espaço para a minha pesquisa, me apresentando às mulheres agricultoras e facilitando os primeiros contatos.

As inquietações derivadas da participação no *Máster en Agroecología* me direcionaram para uma linha de pesquisa focada na relação entre as mulheres e as feiras agroecológicas. Para isso, tive que levar em consideração novos recursos empíricos e teóricos que partam justamente da experiência das mulheres, e não, como acontece na ciência social tradicional, da experiência exclusiva dos homens, geralmente brancos, ocidentais e burgueses (Harding, 2002).

De fato, acontece que muitos dos fenômenos que resultam problemáticos a partir da perspectiva masculina, não são tais desde a perspectiva da experiência das mulheres e, ao mesmo tempo, as mulheres vivenciam muitos fenômenos que, desde sua perspectiva, necessitam de explicação. Assim, uma perspectiva de investigação feminista se revela necessária porque define

as problemáticas a partir das experiências femininas e utiliza estas experiências como um indicador significativo da realidade, assim que a investigação tende a ser desenhada em favor das mulheres (ibid.).

A partir destas premissas advindas das ferramentas teóricas disponíveis e suposições preliminares, elementos necessários para a compreensão e a descrição da realidade analisada (Ruiz Olabuénaga, 2012), me identifiquei na eleição de um processo de investigação que não se baseasse no vínculo tradicional entre um “sujeito” que conhece e um “objeto” que se procura conhecer, mas que entende essa relação como uma correspondência entre sujeitos. Considerei, então, as informantes diretas (as mulheres entrevistadas) e indiretas (as mulheres entrevistadas nos trabalhos analisados na revisão bibliográfica) como sujeitos reflexivos e produtores de conhecimento.

Ao mesmo tempo, me identifico com a teoria do conhecimento situado de Donna Haraway, que afirma que nenhum conhecimento está desligado do seu contexto e da subjetividade de quem o emite, e que são justamente as perspectivas “parciais” que proporcionam uma visão objetiva (Haraway, 1995). De fato, cada mulher tem um ponto de vista diferente que é produto das condições de nascimento e experiências de vida, que se reflete em condicionantes como a classe social, a etnia, a identidade sexual, a cultura e a idade. Creio firmemente que é através da soma das perspectivas parciais que se pode construir uma visão mais objetiva da realidade. No caso desta pesquisa, apliquei este conceito na hora da interpretação dos conteúdos das pesquisas realizadas por outras autoras, e também na relação que instaurei com as mulheres entrevistadas.

Em particular, a minha condição de mulher branca e de origem europeia, por um lado, e o fato de eu viver no Nordeste do Brasil há 8 anos, pelo outro, são importantes elementos que influenciaram os resultados da pesquisa. Na relação com as mulheres entrevistadas, o fato de eu ser uma mulher estrangeira, branca e de classe média poderia acarretar o risco que elas se sentissem “objetos” de uma pesquisa “distante” e colocada em planos diferentes. Por isso, a mediação de Silvana foi fundamental, e a transparência nas intenções foi priorizada para tentar eliminar o mais possível essa distância. Ao mesmo tempo, o fato de eu morar no país há algum tempo me permitiu de compreender melhor o contexto, as informações e as realidades vivenciadas por mulheres que se inserem em contextos muito diferentes do meu.

3.1.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica realizada neste trabalho se refere às discussões existentes sobre mulheres agricultoras, relações de gênero e feiras agroecológicas, que, na base de casos concretos, levantaram elementos positivos e críticos em relação ao tema.

Infelizmente, não existem muitas pesquisas oficiais que vinculem a agroecologia, as mulheres agricultoras e as feiras agroecológicas em perspectiva feminista. Os trabalhos aos quais tivemos acesso se referem a investigações em profundidade realizadas por mulheres no âmbito de pesquisas universitárias para trabalhos de fim de máster ou doutorado. Por isso, esta revisão bibliográfica tem características qualitativas enquanto se baseia em um número limitado de trabalhos sendo, porém, trabalhos qualitativamente significativos e analisados em detalhe.

3.2 Trabalho de campo

Para complementar o trabalho de revisão bibliográfica, decidi atualizar e discutir fatores apontados com base em um caso concreto, a feira agroecológica do EAV, na cidade do Recife, no Nordeste do Brasil.

Como já mencionado, o acesso aos dados de campo para a pesquisa foi possível através de Silvana Lemos, companheira do *Master en Agroecología*, e componente do grupo gestor do EAV.

Para começar, foi feito um encontro coletivo no espaço da feira com todas as mulheres agricultoras onde expliquei o contexto, o porque da pesquisa, e a ideia de realizar uma entrevista com uma mulher por cada unidade produtiva. As mulheres envolvidas demonstraram desde o início interesse e disponibilidade para o avanço da pesquisa, e isso foi muito animador e contribuiu para o bom desenvolvimento do trabalho de campo.

3.2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS A SUJEITOS CHAVES

Durante o mês de agosto de 2021 foram realizadas entrevistas semiestruturadas a 6 mulheres agricultoras, consideradas como informantes chaves, que participam do EAV. O número total de mulheres envolvidas com o processo da feira é de cerca de 10, algumas que vão só em algumas ocasiões para substituir os/as filhos/as, outras que vão só de vez em quando. Vista a limitação de tempo e as dificuldades logísticas devidas à pandemia de Covid-19, decidi entrevistar uma mulher por cada barraca da feira que tivesse representada por pelo menos uma mulher, para conseguir uma boa representatividade das realidades envolvidas. Sei que as técnicas de seleção dos atores sociais significativos para realizar entrevistas semiestruturadas se deveriam basear na combinação dos critérios de *diversificação* e *saturação*, ou seja na triangulação de diferentes pontos de vista até chegar a um ponto razoavelmente suficiente, mas as contingências nas quais se desenvolveu a pesquisa não permitiram responder a todos os requisitos “ideais” para a realização do trabalho de campo.

As entrevistas semiestruturadas são entrevistas “abertas”, onde a conversação é centrada na pessoa entrevistada, de forma que a pessoa entrevistadora intervenha o menos possível utilizando táticas comunicativas que animem a pessoa entrevistada a continuar falando, associando ideias, retomando acontecimentos (Rubio e Varas, 1997). Para isso, não parti de uma lista de perguntas fixas, mas de um roteiro temático que serviu como ponto de partida. Esta técnica permite que apareçam assuntos que não estavam incluídos no roteiro, mas que são igualmente importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Escolhi esta técnica qualitativa de entrevista para entender as motivações e os discursos das mulheres entrevistadas, na intuição de também poder captar suas realidades, e como a vivem e a constroem.

O roteiro temático das entrevistas foi baseado no levantamento de temas realizado na revisão bibliográfica e serviu como fio condutor das conversas realizadas com as mulheres¹. Não foram seguidas pergunta por pergunta, mas se deixou a conversa aberta para manter o protagonismo da mulher entrevistada, assim que se pudesse alcançar profundidade e fluidez da informação. Além disso, as perguntas não foram formuladas em uma ordem precisa, mas sim

¹ No Anexo 1 são resumidos os principais conteúdos do roteiro temático das entrevistas.

seguindo o desenvolver da conversa, para permitir que as mulheres pudessem se expressar mais facilmente a respeito de seu sentir.

As mulheres entrevistadas para este trabalho são todas agricultoras familiares que vendem seus produtos no EAV, incluídas na faixa etária que vai dos 22 aos 58 anos, com uma grande prevalência de mulheres jovens. Essas mulheres não vivem na mesma comunidade, e só algumas fazem parte da mesma Associação ou OCS (Organização de Controle Social). Isso significa que representam diferentes de pontos de vista com relação ao contexto em que vivem, mas ao mesmo tempo têm em comum o espaço da feira e suas dinâmicas sociais. As entrevistas foram realizadas no espaço da feira, pois as condições limitantes devidas à pandemia de Covid-19 não permitiram as visitas nas propriedades das agricultoras. Essa localização para a realização das entrevistas tem suas peculiaridades devido à presença de elementos característicos da praça e da sua vida social, como falas de outras pessoas, barulho de carros, vozes de crianças brincando. Considerado isso, tentei fazer com que os momentos dedicados às entrevistas fossem o mais recolhidos possível, sentamos numa mesinha na sombra para deixar a vontade a mulher entrevistada, e para que a conversa fluísse da forma mais tranquila e natural possível.

3.3 Análise dos resultados

Para facilitar e orientar os dados provenientes das entrevistas foi realizada uma transcrição seletiva das conversas com as mulheres camponesas. Todas as entrevistas foram registradas e escutadas novamente, para resumir as informações gerais sobre a biografia da mulher entrevistada e transcrever literalmente todos os trechos interessantes para os objetivos da pesquisa².

Ao analisar as transcrições, procurei entender o que dizia o texto buscando ressaltar o que era fundamental na fala para definir quais eram os temas abordados e recorrentes entre todas as entrevistas, considerando também a relação com os temas levantados na revisão bibliográfica. Finalmente, os temas emergentes foram: 1) divisão sexual do trabalho; 2) participação das mulheres no “espaço público” da feira; 3) aumento da autoestima das mulheres; 4) gestão do dinheiro e aumento do bem estar das famílias; 5) transição agroecológica e aumento da diversidade na propriedade. Estes temas coincidem com as questões ressaltadas em boa parte da bibliografia analisada e constituem os subcapítulos da discussão sobre as oportunidades de empoderamento (Capítulo 6.1).

² No Anexo 2 pode se encontrar um exemplo de transcrição realizada.

4. Fundamentação teórica

A profunda crise ecológica que o planeta enfrenta atualmente, na qual a lógica dos benefícios se contrapõe à lógica da vida, se manifesta na consciência emergente da “superação dos limites de biocapacidade do planeta”. Este conceito, como definido por Prats et al. (2017), se refere à alteração dos ecossistemas e ciclos vitais da biosfera, induzida de forma determinante pelas lógicas de crescimento ilimitado e indiscriminado do desenvolvimento humano, que adquiriu uma dimensão crescente e global. Os limites de capacidade de carga já têm sido superados, e foram geradas modificações que estão colocando em perigo as bases naturais que sustentam as condições de vida atuais no planeta Terra. A crise ecológica nos está conduzindo até um colapso ecossocial, tanto que podemos falar de uma crise civilizatória em todos os níveis (Calle Collado e Álvarez Vispo, 2019; Herrero, 2011). Além disso, o sistema patriarcal, capitalista, racista e extrativista em que vivemos está determinando uma contemporânea “crise dos cuidados”, assim denominada por alguns setores do feminismo (Carrasco et al., 2011; Herrero, 2011; Orozco, 2019), que limita as condições de sustentabilidade da vida porque coloca em risco todas aquelas atividades destinadas a satisfazer as necessidades do grupo, sua sobrevivência e sua reprodução. Trata-se de um processo de desestabilização do modelo de divisão das responsabilidades que asseguravam a atenção às necessidades humanas e à reprodução social, exatamente como se ignoraram os limites biofísicos do planeta determinando a crise ecológica (Herrero, 2011).

Tudo isso se traduz na crise global e sistêmica atual que nos move na busca de novos modos de afrontá-la, que pressuponham relacionarmos de outra forma entre pessoas, entre pessoas e natureza, e entre pessoas e nações do Norte e do Sul global, para tecer agendas plurais, interconectadas e permanentes (Guillamón e Ruiz, 2015). Em particular, para recuperar a tempo uma relação de compatibilidade da nossa vida com os limites biofísicos da Terra se requer questionar e reformular os paradigmas éticos e as bases materiais e econômicas que determinam a nossa relação com a natureza em um sentido mais amplo (Prats et al., 2017). Os feminismos, e em particular os ecofeminismos, sugerem que, invertendo justamente essa tendência, podemos aprender com a lógica da vida, pondo a vida ao centro e favorecendo a sua sustentabilidade. A agroecologia constitui um potencial agente dinamizador para isso, pois, de fato, se coloca como uma alternativa que preserva os ecossistemas que sustentam a vida, que propõe outras formas de economia (reciprocidade, cooperação, economia dos bens comuns, economia feminista) e que questiona as formas atuais de poder.

4.1. A agroecologia como alternativa

4.1.1. AS TRÊS DIMENSÕES DA AGROECOLOGIA

A agroecologia, desde suas origens, está inserida em um debate aberto sobre sua definição. Por um lado, se constitui como “a base científica para uma agricultura sustentável” (Altieri, 2013), através da proposta de formas de manejo para uma produção agrícola que valoriza a diversidade, as inter-relações e a reciclagem de matéria e energia dentro do agroecossistema. Nos

referimos à dimensão técnico-produtiva da agroecologia, que se baseia no princípio de observação da natureza para aprender dela, ou seja, aprender dos ecossistemas sustentáveis existentes para aplicar e desenvolver os conhecimentos. Exemplos disso são os ecossistemas naturais e os agroecossistemas tradicionais que, como evidenciado por Gliessman (2002), constituem a base da prática agroecológica. Por um lado, os ecossistemas naturais fornecem um ponto de referência importante para o entendimento das bases ecológicas da sustentabilidade; por outro lado, os agroecossistemas tradicionais oferecem diversos exemplos de práticas agrícolas realmente sustentáveis, a partir de uma construção social, produto da inter-relação entre os seres humanos e a natureza. Neste sentido, a agroecologia pretende aprender das experiências a partir das quais a espécie humana desenvolveu sistemas de adaptação que permitiram construir formas equilibradas de reprodução ecológica e social (Sevilla Guzmán e Soler Montiel, 2010).

De fato, a dimensão técnico-produtiva da agroecologia nunca é isolada do contexto social e histórico no qual se insere. Por isso, se fala de outras duas dimensões imprescindíveis e indissociáveis: a dimensão sociocultural/econômica e a dimensão política. Como afirmado por Sevilla Guzmán e Woodgate (2013), a agroecologia tem suas bases no pensamento social agrário e nos movimentos que surgiram em oposição aos primeiros processos de industrialização agrícola, e sua definição como uma ciência aplicada sem o contexto social limita significativamente sua capacidade de contribuir para criar sistemas mais sustentáveis de produção, distribuição e consumo.

A dimensão sociocultural/econômica da agroecologia se constitui como estratégia para obter um maior grau de bem estar da população e alcançar uma maior equidade social, baseando-se na valorização dos recursos e das culturas locais, e tomando como referente sociocultural o campesinato (Sevilla Guzmán e Soler Montiel, 2010). Em particular, visibiliza os aspectos sociais e culturais vinculados ao campesinato, para reconhecer e atualizar, por um lado, os conhecimentos a respeito das formas de manejo para uma produção sustentável e, por outro lado, as formas de organização e os valores das comunidades camponesas (van der Ploeg, 2015). Desta forma, a agroecologia propõe tomar como referência as formas de organização e relação desenvolvidas pelos camponeses/as para estendê-las da produção até a distribuição e comercialização, integrando todos os atores da cadeia agroalimentar (Cuéllar-Padilla e Calle Collado, 2011).

A dimensão política da agroecologia representa uma vertente para a transformação social da realidade, não só do mundo rural, mas sim da sociedade como um todo. Assim, a agroecologia contribui com o objetivo de uma sustentabilidade ecológica e de acesso aos meios de vida intervindo, desde instâncias muito diversas, na distribuição atual do poder para tentar modificá-la (Sevilla Guzmán e Soler Montiel, 2010).

Estas três dimensões se complementam e se integram, abrindo espaço para a inclusão de outros temas sociais, culturais ou ecológicos. A partir desta visão se pode ampliar o alcance das mudanças que a agroecologia proporciona, em direção a uma transição social agroecológica que seja abrangente e transformadora.

4.1.2 A TRANSIÇÃO (SOCIAL) AGROECOLÓGICA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

A agroecologia utiliza um enfoque integral, pluridisciplinar e pluriépistemológico onde, a partir do nível de análise técnica da unidade produtiva, se pretende entender as múltiplas formas de dependência que o funcionamento atual da política, da economia e da sociedade determinam sobre as pessoas agricultoras. Além disso, a agroecologia considera central a matriz comunitária na qual se inserem os/as agricultores/as, ou seja, a matriz sociocultural que fornece uma práxis intelectual e política à identidade local e à rede de relações sociais (Sevilla Guzmán, 2006).

Quando falamos em “*transição agroecológica*”, entendemos as ações que orientam o conjunto do sistema agroalimentar em direção da sustentabilidade social e ambiental. Assim, a transição na unidade produtiva (fechamento dos ciclos) se revela eficaz só em estrita relação com a cooperação social, que por sua vez necessita de uma organização política e do fechamento de outros ciclos, mercados, políticas de apoio à pequena agricultura, transições energéticas. Em particular, “a mudança social agroecológica deve enfrentar a questão de como criar, em todas as dimensões de análise do sistema agroalimentar, uma cultura de sustentabilidade (como interagir com a natureza e como coevoluir com ela) que promova processos de cooperação social “*de abajo a arriba*” (Calle Collado et al., 2013).

De acordo com Calle Collado e Álvarez Vispo (2020) devemos pensar uma “agroecologia em 3C”, que evidencia três fatores essenciais para que uma prática, uma forma de vida ou uma política possa ser considerada agroecológica: cooperação (“*desde abajo*”), cuidados frente às nossas vulnerabilidades e circuitos curtos alimentares e energéticos (re-localização).

A agroecologia é, então, uma visão política para a construção de uma nova sociedade global e local, que coloque a vida ao centro, a partir dos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, socialmente justos, economicamente viáveis e culturalmente apropriados, que sejam produzidos em territórios sustentáveis (Gallar e Calle Collado, 2017). Para isso, é necessário coproduzir e recuperar formas de ação coletiva que permitam um manejo sustentável, em nível social e médio-ambiental, dos recursos naturais que transformamos e deslocamos para alimentarmos, convocando novos olhares e convidando a inovações sociais que apontem para a soberania alimentar, ou seja, para a construção de novos estilos alimentares agroecológicos.

A soberania alimentar é uma proposta política que foi elaborada pela primeira vez durante o *World Food Summit*, em 1996, pela *Vía Campesina*³, e que tem sido definida como “o direito fundamental de todos os povos, nações e estados a controlar seus alimentos e seus sistemas alimentares e a decidir suas políticas assegurando a todos alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados. Isso inclui o direito dos povos para definir suas formas de produção, uso e intercâmbio tanto a nível local como internacional”⁴. Em

³ La *Vía Campesina* é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem terra, povos indígenas, pastores, pescadores, migrantes, trabalhadores agrícolas, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses do mundo inteiro. Construído sobre um sólido sentimento de unidade e solidariedade, defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar.

⁴ Definição extraída da declaração da *VI Conferencia da Vía Campesina Egidio Brunetto*, realizada de 9 a 13 de junho de 2014. Texto completo disponível no link: <https://viacampesina.org/es/llamamiento-de-yakarta/>.

consequência, se quisermos seguir vivendo e habitando (dignamente) este planeta, temos que enfatizar os direitos de indivíduos e comunidades para produzir de uma forma que satisfaça as necessidades materiais, culturais e expressivas, através de um desenvolvimento endógeno (Calle Collado et al., 2011).

A proposta da soberania alimentar se constitui como o horizonte da agroecologia, sendo uma ferramenta de justiça social baseada em sistemas alimentares mais participativos, sustentáveis e locais que reforça a necessidade de democratizar as relações de produção e consumo (Gliessman et al., 2019; Rosset e Martínez-Torres, 2012). Um dos maiores desafios da agroecologia é a construção de ferramentas e estratégias para que o caminho em direção à uma real transição (social) agroecológica avance de mão dada com o alcance da soberania alimentar para todos e todas.

4.2 Os sistemas agroalimentares alternativos como instrumentos de mudança

A aliança entre a agroecologia e o conceito de soberania alimentar tem desenvolvido discursos e práticas que se manifestam na construção de novas fórmulas para a produção e o consumo de alimentos, que podem contribuir no aumento da participação e da visibilidade das mulheres, e na valorização dos trabalhos que elas desenvolvem, como veremos na discussão deste trabalho. De fato, é muito comum que as mulheres assumam as tarefas da comercialização, que se constitui como um trabalho “feminizado” e hierarquicamente menor ao produtivo (Álvarez Vispo e Zubillaga, 2019). Como irei analisar em este trabalho, os canais alternativos de comercialização representam uma oportunidade de visibilização do trabalho das mulheres, permitem que elas desempenhem um papel estratégico dentro do sistema, e que possam ocupar um espaço público.

Seguindo a linha da soberania alimentar dentro da proposta agroecológica que, em si, já contribui nessa direção, os sistemas agroalimentares alternativos se constituem como respostas coletivas e políticas que tentam criar novas formas de acesso a alimentos seguros, saudáveis, respeitosos da natureza e produzidos de forma socialmente justa (Soler Montiel e Pérez Neira, 2012).

Um dos fatores que influi no desenvolvimento dos sistemas agroalimentares alternativos é o fenômeno da “desafeição alimentar” (Calle Collado et al., 2012), que implica uma desconfiança em relação ao sistema agroalimentar globalizado dominante. Esta desafeição incrementou nos últimos anos por causa de diversos escândalos que aconteceram ao longo da cadeia agroalimentar global, colocando em evidência os mecanismos propostos pelas administrações públicas para o controle da segurança alimentar. Assim, as redes alimentarias emergentes que se colocam como alternativa ao modelo agroalimentar globalizado se caracterizam por reequilibrar as relações de poder entre produção e consumo, construídas sobre bases comuns que transcendem as questões exclusivas de quantidade e preços (Sevilla Guzmán et al., 2012).

A rearticulação de produção e consumo na base de critérios de proximidade, confiança e sustentabilidade é um elemento chave para a construção de novas formas de produção e novas formas de comer. Estas não são orientadas a satisfazer exclusivamente as necessidades das

peças-chaves, mas também a atender novas demandas sociais ao redor da alimentação, abrangendo a inteira cadeia alimentar e permitindo repensar a alimentação em si mesma como atividade central de toda a sociedade, cultura e economia (Soler Montiel e Calle Collado, 2010; Soler Montiel e Pérez Neira, 2012). Portanto, a chave dos canais de comercialização alternativos reside na redefinição das relações de poder a favor dos elementos mais fracos da cadeia alimentar globalizada: quem trabalha a terra e quem come.

Os canais alternativos de comercialização respondem a uma necessidade das pessoas agricultoras, essencialmente camponeses/as e agricultores/as familiares, que procuram canais estáveis de saída para seus produtos que possam garantir uma justa renda. A viabilidade disso depende da articulação com a esfera do consumo: por isso é necessário um contato com um tipo de pessoas consumidoras que valorizem as características diferenciais dos sistemas agroecológicos camponeses de produção. Essas motivações que vem do lado da produção e do lado do consumo impulsionam a construção de canais alternativos de comercialização alimentar, essenciais para a construção de sistemas agroalimentares alternativos (Soler Montiel e Pérez Neira, 2012).

Para contribuir com a redistribuição do poder entre agentes do sistema agroalimentar, os canais curtos de comercialização são entendidos como peças-chaves. Estes se configuram como uma relevante estratégia agroecológica de fortalecimento econômico e sociocultural da agricultura camponesa, já que proporcionam uma ampliação da renda para as pessoas agricultoras e têm um relevante poder de mobilização local em direção à mudança da relação entre produção e consumo (Sevilla Guzmán et al., 2012). Nos canais curtos de comercialização, o “encurtamento” tem que ser físico, mas sobretudo relacional: se trata de empoderar e aproximar as pessoas agricultoras, por um lado, e as pessoas consumidoras, pelo outro, também na base da redução da distancia física percorrida pelos alimentos (Soler Montiel e Pérez Neira, 2012). Esta necessária aproximação relacional e física se pode conseguir através de formas organizativas muito diversas, que coincidem com a criação de um espaço de encontro e com a satisfação simultânea das múltiplas aspirações em jogo, entre elas as feiras agroecológicas.

4.2.1 AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

As feiras agroecológicas são espaços em que agricultoras e agricultores familiares comercializam produtos agroecológicos diretamente às pessoas consumidoras, contribuindo ao redesenho das cadeias produtivas (Ferreira et al., 2018) e permitindo que as pessoas agricultoras passem a ser os sujeitos principais da ação (Leite e Teles, 2019). São estratégias de comercialização que dinamizam a produção do campo, pois oferecem a base para o intercâmbio entre as pessoas produtoras, estimulam a diversidade de produtos oferecidos e proporcionam espaços de troca onde as pessoas consumidoras podem sugerir às pessoas produtoras o que produzir na base de seus interesses.

A existência das feiras permite proporcionar uma alimentação saudável a quem compra, garantindo uma justa remuneração para quem produz. Ao mesmo tempo, a feira deixa de ser apenas um espaço de comercialização e passa a ser um lugar onde o conhecimento tradicional e as práticas agrícolas que respeitam a natureza são reconhecidas e valorizadas, e também onde o

consumo de produtos agroecológicos se torna uma forma de militância (Gomes, 2020; Leite e Teles, 2019). As feiras ainda contribuem no fortalecimento da organização comunitária, pois são realizadas de forma participativa, sendo geralmente coordenadas pelas próprias pessoas agricultoras que são muitas vezes organizadas em associações ou similares. Assim, as feiras agroecológicas constituem uma oportunidade para a criação de uma identidade coletiva constituída ao redor de um espaço compartilhado, atividades, modos de vida e problemas comuns, que se contrapõe ao modelo de agricultura hegemônico (García Rocés, 2017).

Além disso, as feiras agroecológicas são espaços nos quais o papel das mulheres é muito importante. Geralmente uma porcentagem muito alta das pessoas agricultoras é representada por mulheres, que dentro destes contextos se tornam mais visíveis graças à possibilidade de participar no espaço público da feira sendo protagonistas de sua atividade profissional. A presente pesquisa pretende analisar, entre as outras coisas, o porque desta participação e visibilidade, que pode representar uma oportunidade de empoderamento das mulheres camponesas.

No Brasil, país do nosso caso de estudo, as feiras da agricultura familiar com alimentos orgânicos e agroecológicos caminham lado a lado com o movimento agroecológico desde a década de 1980 (Sá, 2021). De acordo com Araújo et al. (2015), em Recife, cidade do Nordeste do Brasil onde se realizou a presente pesquisa de campo, a primeira feira agroecológica começou em 1997, com o Espaço Agroecológico das Graças. Na região Nordeste do país, a venda direta ao consumidor dos produtos da agricultura familiar tem um papel importante para a autonomia das pessoas agricultoras, pois elimina a necessidade de articulação com atravessadores cuja intermediação é tradicionalmente enraizada na cultura regional (Araújo et al., 2015). A partir das primeiras iniciativas, as feiras agroecológicas se ampliaram e se multiplicaram em todo o território brasileiro, no panorama de capitais e cidades do interior dos estados.

4.3 Conceitos dos feminismos

4.3.1 OS DUALISMOS OPRESSIVOS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A transformação social levantada pela agroecologia se insere em um contexto de questionamento das formas de poder. A partir da agroecologia, devemos inserir no debate a importância da visibilização do vínculo existente entre as formas de poder explícitas e o patriarcado, entendido como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres em todos os âmbitos, que está na base de outras estruturas de dominação na sociedade, e que se reproduz geração após geração (Siliprandi e García Forés, 2012).

Não podemos negar que vivemos em uma sociedade marcadamente patriarcal, e que isso se manifesta em todos os âmbitos. A estrutura social patriarcal tem suas raízes na lógica dos dualismos opressivos, pela qual o patriarcado se articula em torno ao sistema sexo-gênero dual e hierarquizado que opõe o feminino, subordinado, ao masculino, considerado superior, atribuindo valores, atitudes, reconhecimentos, e também direitos e obrigações, em base ao sexo (Martínez Benlloch e Bonilla Campos, 2000).

A partir dos feminismos, e em diversas modalidades, se faz uma crítica a esta dicotomia masculino/feminino, como parte da crítica a outros dualismos opressivos estabelecidos no pensamento ocidental que se baseiam na oposição entre pares que são considerados antagônicos, como cultura/natureza, produtivo/reprodutivo e público/privado (Puleo, 2005).

Por exemplo, no dualismo cultura/natureza, no qual o poder se manifesta na dominação do homem sobre a natureza, a mulher é associada com a natureza e o homem, racional e industrial, com a cultura opressora. Isso, por um lado, descreve a contemporânea descontinuidade e separação entre os seres humanos e o mundo natural e, por outro, constitui uma das bases da elaboração cultural da opressão das mulheres, como expressado nas visões ecofeministas, principalmente ocidentais. Indo mais além, e rejeitando o universalismo cultural, este dualismo abre o caminho para a mais ampla crítica ao androcentrismo, considerando que a categoria “humano” tende a esconder diferenças relevantes entre grupos humanos e suas responsabilidades em relação à exploração da natureza, pois as forças que dirigem a destruição da natureza são controladas por uma elite essencialmente branca e masculina (Plumwood, 1993).

Por outro lado, o dualismo produtivo/reprodutivo evidencia o paralelismo entre o patriarcado e o capitalismo neoliberal, bem explicado nas teorias da economia feminista. Partimos sempre do pressuposto que existe um conflito profundo nos fundamentos do sistema social e econômico: neste caso, a tensão entre dois objetivos contraditórios, que são a obtenção de benefícios de um lado, e o cuidado da vida humana do outro (Carrasco, 2003). Esta tensão se acentua por causa da dependência da produção capitalista dos processos de reprodução e sustentabilidade da vida humana, que acontecem primeiramente no âmbito doméstico. Estes processos se realizam “fora” do âmbito das relações e do controle do sistema social e econômico, e, em consequência, são constantemente ocultados e invisibilizados pela ideologia dominante (Carrasco, 2009).

Em realidade, no capitalismo, a “vida vivível”, ou seja, uma qualidade de vida diária para todos e todas, é fortemente ameaçada porque existe, justamente, uma tensão irresolvível entre a acumulação de capital e a sustentabilidade da vida (Orozco, 2019: 103-106).

Existem, portanto, vários trabalhos que são fundamentais para o funcionamento de nossas sociedades, que têm sido subordinados e desvalorizados, inclusive passando a ser apropriados de forma gratuita, determinando o fortalecimento do domínio sobre as mulheres. Estes trabalhos são identificados como “trabalhos de cuidados”, que são aqueles destinados a satisfazer as necessidades de um grupo, sua sobrevivência e reprodução (Herrero, 2011). Em particular, os trabalhos de cuidados implicam, também, uma dimensão relacional e afetiva dificilmente separável da atividade em si, e criam um tecido complexo de relações humanas sobre o qual, de alguma maneira, se sustenta o resto da sociedade (Carrasco, 2003).

De fato, no sistema atual em que vivemos, a “cadeia de suporte da vida” começa pela natureza e segue com o espaço de cuidado e as comunidades. Sem estes fatores, que constituem a base do sistema, mas são exatamente os fatores que não fazem parte da economia oficial e são mantidos ocultados, o sistema em si não poderia se sustentar (Carrasco, 2016).

Resumindo, o dualismo produtivo/reprodutivo implica a separação hierarquizada entre as atividades e relações do mercado consideradas “produtivas” e as atividades que acontecem em outros espaços (geralmente as casas), subordinadas, que são orientadas à “reprodução” social.

Finalmente, o dualismo público/privado se manifesta na divisão da sociedade em duas esferas: por um lado, a esfera pública (construída culturalmente como masculina) focada no social, político e econômico-mercantil; por outro lado, a esfera privada ou doméstica (âmbito subordinado associado ao feminino) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva (Carrasco, 2003).

Porém, como já vimos, o espaço público não poderia existir sem o privado pois o trabalho doméstico (não remunerado) é a base material que permite a reprodução da sociedade. Ao mesmo tempo, apenas o trabalho remunerado é considerado como produtivo e é atribuído principalmente aos homens, enquanto às mulheres se impõe a responsabilidade pelo trabalho considerado improdutivo, que é o trabalho de reprodução da vida, do doméstico e dos cuidados (Carrasco et al., 2011).

Em consequência, o sistema patriarcal concede posições de poder ao setor masculino da população, na base de uma divisão de espaços e trabalhos por sexo onde as mulheres estão em casa e os homens no mundo público. Daqui se determina a “divisão sexual do trabalho”, ou seja, uma divisão diferenciada e hierarquizada das tarefas entre homens e mulheres. Isso se torna um mecanismo chave para sustentar a vida em um sistema que a ataca constantemente, por isso é consubstancial ao *estado do bem-estar*, já que este se estabelece na base do conflito (Orozco, 2019).

Além disso, o paradigma dominante da economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino, e ignora a divisão sexual do trabalho (Pacheco, 2002). Isso acontece porque o sistema econômico no qual estamos imersos oculta duas dependências básicas: a dependência da natureza e a dependência dos cuidados, invisibilizando e inferiorizando as pessoas (mulheres) que se ocupam dos âmbitos dos cuidados (com as pessoas e com a natureza) e da reprodução, porque não produzem riqueza, apesar de ser fundamentais para sustentar o sistema como um todo (Orozco, 2019).

A questão da divisão sexual do trabalho permeia o contexto rural onde vivem as pessoas produtoras que se reconhecem e atuam dentro do movimento agroecológico. Ao mesmo tempo, os dualismos opressivos aqui descritos se evidenciam em muitas situações concretas da vida das mulheres camponesas. No âmbito da pesquisa desenvolvida no presente trabalho se partiu destes fundamentais referenciais teóricos para analisar e aprofundar os casos de estudo à luz de uma observação crítica que visa uma desejável mudança de paradigmas.

4.3.2 A VIDA AO CENTRO PARA A SUSTENTABILIDADE

Os feminismos definem o sistema socioeconômico no qual vivemos não só como patriarcal e capitalista, mas também como racista, antropocêntrico, colonialista. Em um sistema como esse a vida em seu conjunto é ameaçada e não existe uma responsabilidade coletiva para sustentá-la. Neste sentido, a responsabilidade de sustentar a vida está totalmente feminizada (e, em

consequência, invisibilizada) e é limitada ao âmbito privado numa estrutura social que separa o que é público (político) do que é privado-doméstico (não político) (Orozco, 2019).

A imagem do *iceberg*, muito utilizada pela economia feminista, representa visivelmente este desequilíbrio, já que a parte visível é constituída pela “economia real” e a invisível por todas as atividades que sustentam a vida, que seriam os trabalhos historicamente feminizados a partir da visão patriarcal da divisão sexual do trabalho (Álvarez Vispo e Zubillaga, 2019).

Neste sentido, de acordo com Herrero (2011), e como citado na introdução desse trabalho, enfrentamos hoje uma “crise dos cuidados” que tem diversas coincidências com a crise ecológica devida à ignorância dos limites biofísicos do planeta por parte dos seres humanos. Trata-se de uma crise devida a uma série de mudanças estruturais que têm acontecido nas últimas décadas e que têm alterado profundamente o modelo prévio de distribuição das tarefas domésticas e dos cuidados como, por exemplo, o acesso ao trabalho remunerado por parte das mulheres dentro de um sistema patriarcal ou a diminuição do tempo que se pode dedicar aos cuidados em uma sociedade prevalentemente urbana.

A dura crise que estamos vivendo enquanto sociedade evidencia, de forma dramática, a incapacidade do modelo de acumulação capitalista para responder às necessidades vitais das pessoas. Isso, a partir de uma visão alternativa, nos incita a desvendar os mecanismos de funcionamento do sistema, para agir nas tensões profundas que se referem à vida cotidiana e que ameaçam as condições de sustentabilidade (Carrasco, 2016). Recuperar a tempo uma relação de compatibilidade da nossa vida com os limites biofísicos da Terra necessita questionar e reformular os paradigmas éticos e as bases materiais e econômicas que determinam a nossa atual relação com o substrato natural do planeta (Prats et al., 2017: 83).

Como afirmado por Carrasco e Tello, citados em Carrasco (2016: 46): *“dependemos da natureza da qual somos parte, e coevoluímos com ela, queiramos ou não, o saibamos ou não. Transformando seu entorno natural a espécie humana tem se transformado ao longo da história. E vice-versa, cada transformação social determinou modificações substanciais na nossa relação com a natureza”*. Partindo do pressuposto que a vida humana depende da natureza e, por outra parte, observando quais trabalhos satisfazem as necessidades humanas, surge a ideia da “sustentabilidade da vida”. De acordo com Carrasco (2016), este conceito integra dois princípios que devem ser considerados de forma ampla e inter-relacionada: por um lado, o princípio de reprodução que assegura a continuidade da sociedade e requer a reprodução da população e de bens e serviços necessários para a sua manutenção, mantendo uma relação de eco-dependência respeitosa com a natureza; por outro lado, o princípio ético-político-ideológico, que depende dos objetivos e das prioridades sociais de cada um, e que, segundo a economia feminista, deveria alcançar todas as pessoas (mulheres e homens de todas as idades) e suas condições de vida.

Ao falar a partir dos cuidados, nos perguntamos como se cuida a vida, ou seja, como se sustenta o cuidado do comum. Assim, a valorização dos cuidados nos permite repensar a sociedade a partir da sustentabilidade da vida, pondo a vida ao centro, para olhar a realidade a partir de outro lugar. Isso se faz necessário no contexto rural onde a maioria das práticas agroecológicas se desenvolvem e também nos espaços urbanos que reconhecem o valor destas

práticas. O conceito da sustentabilidade da vida foi norteador ao longo da presente pesquisa, no intuito de observar quais fatores podem contribuir maiormente nesta direção.

4.4 Inclusão da perspectiva de gênero no debate agroecológico

A representação da agroecologia em três dimensões que vimos no primeiro capítulo abre uma possibilidade para a inclusão da perspectiva de gênero como enfoque a ser considerado nas definições, análises e conceitos da agroecologia (Fig.1). De fato, essa inclusão depende em boa medida do peso dado aos aspectos socioculturais e políticos, e se torna necessária pois ainda é frequentemente ausente, mesmo quando se prioriza o estudo destes aspectos (Soler Montiel e Pérez Neira, 2014; García Rocés, 2017; Álvarez Vispo e Zubillaga, 2019).

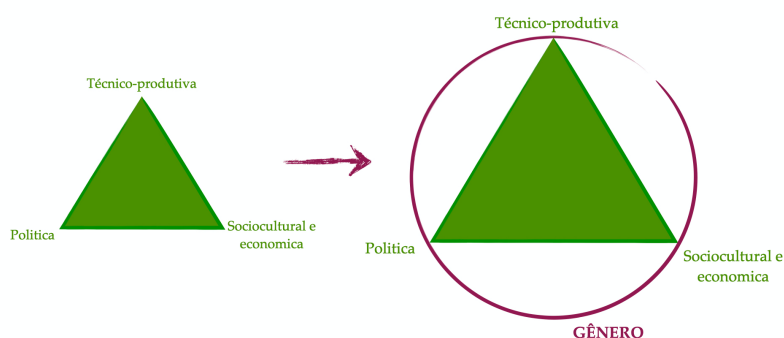


Figura 1. Dimensões da agroecologia e inclusão da perspectiva de gênero.

(Fonte: elaboração própria)

Não devemos esquecer que as mulheres, na sociedade em geral e no sistema agroalimentar em particular, cumprem um papel que vai bem além do produtivo, já que elas são as principais responsáveis da sustentabilidade da vida a partir dos cuidados. Como vimos, o sistema dominante desvaloriza totalmente esse papel.

Infelizmente, mesmo na abordagem das transições agroecológicas, a desconstrução dessas dinâmicas não é enfrentada com a devida importância, seja por uma ausência de visão ou por falta de ferramentas para a aplicação concreta da inclusão do feminismo como elemento prioritário (Álvarez Vispo e Zubillaga, 2019; Cardoso et al., 2021). Evidentemente, na agenda do movimento agroecológico se tem ainda resistências para “*ponerse las gafas violetas*” (ou seja, “colocar os óculos roxos”), que permitam de olhar o mundo a partir de outras perspectivas (Herrero et al., 2019). Além disso, quando olhamos para os sujeitos envolvidos na agroecologia, vemos que persistem processos que perpetuam relações de gênero injustas, que reforçam o poder patriarcal (Lopes Ferreira e Mattos, 2017). Daqui a necessidade de incorporar os conceitos da abordagem ecofeminista sobre a sustentabilidade da vida para o avanço da agroecologia como processo em construção (SORKIN, 2016) e de manter o diálogo entre estes dois enfoques (Soler Montiel e Pérez Neira, 2014).

O diálogo entre a agroecologia e os (eco)feminismos é, então, uma prioridade epistemológica para permitir a ambas disciplinas de avançar em direção de seus objetivos de bem-estar integral, inclusivo e resiliente das sociedades (Llanque et al., 2018). Nas últimas duas décadas os feminismos e a agroecologia têm se aproximado e coincido pois ambos entendem que a destruição da natureza evidencia o vínculo entre o capitalismo e o patriarcado. Este vínculo implica efeitos muito negativos para a população em geral, mas sobretudo para as mulheres, que estão diretamente associadas com a reprodução da vida, pois, entre as outras coisas, historicamente têm sido provedoras cotidianas de alimentos, água e energia (Puleo, 2010; Zuluaga Sánchez et al., 2018).

Por outro lado, ambas as perspectivas procuram melhores condições de vida, considerando que a restauração e preservação da natureza, a gestão integral dos territórios, e a transformação das relações entre os gêneros são necessárias e urgentes (Zuluaga Sánchez et al., 2018). O resultado do encontro da agroecologia com o feminismo tem um efeito sinérgico no enfrentamento das relações sociais injustas vivenciadas pelas mulheres no meio rural que tornam o papel feminino invisível ampliando assim os alcances tanto da agroecologia quanto do feminismo (Lopes Ferreira e Mattos, 2017).

À medida que a aproximação entre os dois enfoques vai se estreitando, é possível visibilizar e compreender melhor a importância histórica das contribuições das mulheres dentro da agroecologia. Nesta avaliação se pode investigar quanto as mulheres ainda têm a contribuir na construção do conhecimento agroecológico, e também em que medida a agroecologia contribui nos processos de empoderamento das mulheres.

De acordo com Siliprandi (2015a) as mulheres tem dado contribuições enormes para a agroecologia. Primeiramente, tudo o que tem a ver com o bem-estar no meio rural, e todos os temas de alimentação e saúde são levantados pelas mulheres dentro dos movimentos agroecológicos. As mulheres, sobretudo campesinas, tem uma responsabilidade histórica na atenção às necessidades da alimentação (García Rocés et al., 2015), e na luta pela soberania alimentar (Siliprandi, 2011; Mendonça Sousa et al., 2021). Em âmbito rural, as mulheres são as principais promotoras de hábitos saudáveis no contexto familiar, já que são responsáveis pela produção direta dos alimentos para o consumo familiar, pela transformação de produtos e pela preparação da comida para a família (Siliprandi, 2012). As mulheres, ao longo da história, têm acumulado conhecimento e experiência em áreas estratégicas para a promoção da soberania alimentar, incluindo a preservação de saberes e técnicas ancestrais e tradicionais (Faria Ferreira e Martins, 2021), na base de suas próprias vidas e de sua função fundamental de sustentabilidade da vida a partir dos cuidados (Pacheco, 2009; Siliprandi, 2012). Além disso, as mulheres frequentemente lideram as lutas contra as corporações do sistema agroalimentar; contribuem à construção da agroecologia através da incorporação de outros temas nas pautas políticas dos movimentos (racismo, violência, extrativismo); e têm contribuído fortemente na incorporação do *feminismo campesino e popular* nas bases dos movimentos (Seibert, 2017; Calaça et al., 2018).

Por outro lado, a agroecologia pode contribuir bastante na luta das mulheres para sua autonomia e reconhecimento (Siliprandi, 2015a). Primeiramente, o papel feminino na defesa da sustentabilidade da vida constitui um dos laços mais fortes entre a agroecologia e os

(eco)feminismos. As experiências agroecológicas reconhecem que o produtivo e o reprodutivo são indivisíveis nas economias familiares camponesas, determinando o reconhecimento do protagonismo das mulheres nos trabalhos reprodutivos, ainda que não deveriam ser papéis exclusivamente femininos. Ao mesmo tempo, a agroecologia valoriza os conhecimentos tradicionais e os serviços ambientais proporcionados pela produção agroecológica, como por exemplo a conservação da biodiversidade, que em muitos casos dependem do trabalho das mulheres (Ferreira da Silva et al., 2021; Neves et al., 2021), e que não são reconhecidos porque “não se veem”. A agroecologia valoriza todas as atividades que ocorrem em uma propriedade, incluindo aquelas relacionadas com o autoconsumo, ajudando a quebrar o monopólio gerencial dos homens, que é muito comum nas produções agrícolas comerciais. A diversificação da produção levantada pela agroecologia é outro fator que deixa um maior espaço e poder de decisão às mulheres (García Rocés et al., 2015). Finalmente, a agroecologia pode contribuir com uma maior autonomia financeira para as mulheres, principalmente nos âmbitos das feiras agroecológicas (Costa Bezerra, 2019; García Rocés et al., 2015; Petit, 2018).

Por tudo isso, a agroecologia pode permitir que as mulheres se sintam mais protagonistas e, assim, reivindiquem o fato de serem sujeitas de direito. Só haverá agroecologia na medida em que forem introduzidas as questões do feminismo na própria concepção do fazer agroecológico que deve estar presente em todos os seus níveis, desde o cotidiano das experiências de campo até a pesquisa em agroecologia, passando pela assistência técnica e formulações de políticas públicas (Lopes Ferreira e Mattos, 2017). Neste trabalho, se pretende contribuir no debate de como a agroecologia, quando caminha junto com os feminismos e/ou assume uma perspectiva feminista, pode constituir uma oportunidade de empoderamento para as mulheres.

4.5 A invisibilização das mulheres camponesas no Brasil

Como descrito anteriormente, o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista é um importante caminho para o enfrentamento de alguns dos dilemas vivenciados pelas mulheres no meio rural. As mulheres agricultoras são desprovidas de poder porque enfrentam uma “dupla dependência”: por um lado, o fato de serem camponesas, pois, historicamente, o campesinato é um grupo cuja inserção social se dá em condições subordinadas em relação ao conjunto da sociedade; por outro lado, o fato de serem mulheres imersas em relações familiares desiguais e hierárquicas, onde a opressão feminina é naturalizada (Lopes Ferreira e Mattos, 2017). Sem contar que esta dupla dependência pode ser potenciada por outros eixos de opressão como o fato de serem negras, pobres, analfabetas, etc... (Crenshaw, 1991).

No meio rural, em particular no Brasil, as relações sociais estão organizadas de forma marcadamente patriarcal, sendo a família a principal estrutura e unidade de produção e reprodução (Oliveira et al., 2021). Dentro desta conformação social, o homem é reconhecido como o “chefe” da família e da unidade produtiva e muitas vezes tem o controle sobre os recursos financeiros gerados pelo trabalho de todas/os. Além disso, como apontado por Paulilo (1987), os trabalhos desenvolvidos por homens e mulheres são interpretados como distintos em, respectivamente, “pesados” e “leves”, acarretando uma não consideração do “peso do trabalho

leve”, desenvolvido (quase sempre) pelas mulheres. Isso resulta automaticamente na invisibilização do trabalho realizado pelas mulheres, no produtivo e no reprodutivo, apesar da sua importância para a sustentabilidade e a reprodução social da agricultura (Pacheco, 2002).

Assim, o trabalho das mulheres é considerado apenas uma ajuda dentro da família, porque o trabalho agrícola está fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas ou reprodutivas, e por realizar-se com frequência diária associa-se e quase se confunde com estas (Burg, 2005; Siliprandi, 2011; Oliveira et al., 2021). Desta forma, muitas vezes, as mulheres camponesas assumem mais que uma dupla jornada de trabalho, pois em muitos casos os trabalhos produtivos (seja para o consumo ou para a venda) e os trabalhos domésticos e de cuidados ocorrem simultaneamente (Burg, 2005; Costa Bezerra, 2019; García Rocés, 2017; Petit, 2018). Isso, inclusive, pode acarretar no fato que, pela sobrecarga de trabalho, muitas vezes as mulheres deixem de ocupar um espaço público importante (como participação em reuniões e cursos técnicos), e que a comunidade atribua essa não presença à falta de interesse ou à “não capacidade” para tomada de decisões (Burg, 2005). Mesmo quando são as mulheres que conhecem a atividade e detém as informações sobre a mesma, socialmente precisam de um porta-voz (Burg, 2005), e seus conhecimentos e experiências são menosprezados (Siliprandi, 2011).

Deste modo, a representação pública da família continua outorgada ao homem, que aparece como único executor para quem é delegada publicamente a responsabilidade, o mérito da gestão ou coordenação do trabalho, permanecendo as mulheres restritas ao mundo doméstico (Siliprandi, 2011). Além disso, muitas vezes as mulheres não têm poder de decisão sobre aspectos produtivos ou sobre a comercialização dos produtos da unidade familiar, embora contribuam como força de trabalho direta nas lavouras e criações (Siliprandi, 2011). Elas, no geral, não têm acesso e controle sobre os recursos produtivos (terra, crédito) e sobre os instrumentos de produção e educação. Muitas vezes, as mulheres não recebem rendimentos por seu trabalho, pois seus resultados são somados à renda da família, cujo uso será decidido, na maioria das vezes, sem a sua participação direta. Neste sentido, elas são prejudicadas em sua capacidade de participar no desenvolvimento e contribuir para níveis de renda mais elevados para as suas famílias (Burg, 2005).

Por tudo isso, a invisibilidade do trabalho das mulheres agricultoras é antes que nada uma questão política, que traz consigo a necessidade de uma mudança radical de paradigmas. Os “silêncios” sobre as mulheres requerem outra matriz de análise que parta dos ecossistemas e sistemas de produção, da ampliação do conceito de trabalho, em articulação com a questão da diversidade social como constitutiva de uma visão de agricultura sustentável que relacione gênero e agroecologia (Lopes Ferreira e Mattos, 2017).

Por outro lado, a valorização do conhecimento local, especialmente das mulheres, na abordagem agroecológica facilita a introdução dos temas do feminismo no âmbito rural. A perspectiva agroecológica tem, então, um potencial interessante para abrir espaços para que as mulheres agricultoras enfrentem sua condição de vulnerabilidade e, neste sentido, conquistem mais poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política, pois representa uma ruptura com o paradigma convencional da produção agrícola, altamente machista e patriarcal. As feiras agroecológicas constituem um instrumento interessante para contribuir nessa direção.

4.6 O empoderamento das mulheres camponesas, entendidas como sujeitos políticos

O empoderamento feminino pode ser definido como o processo em que as mulheres, às quais foi negada a possibilidade de realizar escolhas estratégicas, possam adquirir essa habilidade, construindo uma consciência crítica para transformar as estruturas que produzem inequidades de gênero (Kabeer, 1999).

No âmbito da agroecologia, Larrauri et al. (2016) definiram seis dimensões básicas, diversas e complexas, que deveriam ser integradas no caminho para o empoderamento das mulheres: 1) acesso aos recursos materiais, educação e participação social; 2) autonomia pessoal e econômica e autoestima; 3) *gaps* de gênero (direitos trabalhistas, saúde, violência no trabalho e física); 4) tomada de decisões tecno produtivas e trabalho remunerado; 5) propriedade da terra e mobilidade; 6) diversificação das responsabilidades e consciência social e feminista. Seguindo um caminho de valorização destas dimensões para as mulheres camponesas, se consegue reconhecer o trabalho feminino e o papel da mulher no campo. Esse reconhecimento se faz necessário junto à discussão sobre uma nova divisão sexual de tarefas e sobre a valorização da participação social e política das mulheres, por um lado, e dos trabalhos de sustentabilidade da vida associados tradicionalmente às mulheres, por outro.

Na interseção entre agroecologia e feminismo é possível construir uma identidade coletiva na qual as mulheres sejam sujeitas de direitos historicamente negados, através da valorização de seu trabalho e participação, para transformar as relações sociais de produção e reprodução no mundo rural e urbano (Álvarez Vispo e Zubillaga, 2019). O feminismo como movimento social atua para o reconhecimento das mulheres como sujeitos ativos que se articulam para levantar questões sobre como se organiza a sociedade. Na base deste movimento estão as teorias feministas, que explicam criticamente porque a sociedade se organiza dessa forma, em um determinado momento histórico, cultura e país, o que está por trás dessas relações, e quais são os mecanismos cujo resultado é a subordinação das mulheres ao conjunto dos homens (Siliprandi, 2012). Uma das condições fundamentais para que a mulher se faça sujeito é o enfrentamento das relações de dominação que impedem e reduzem a sua capacidade de autonomia, entendendo esta como autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir (Burg, 2005).

A agroecologia, por sua parte, coloca em discussão as relações de poder, e é necessário discutir sobre quem são os sujeitos políticos das mudanças a serem realizadas. Por “sujeitos políticos” entendemos os sujeitos sociais que se reconhecem em uma identidade coletiva, pertencentes a uma base social comum e que se constituem através de alguma organização ou dinâmica de cooperação estável para construir uma proposta ideológica própria (Gallar e Calle Collado, 2017).

Diversas experiências tem mostrado que a participação em processos de transição agroecológica pode abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero porque introduzem elementos que potencialmente desestabilizam a lógica patriarcal (Siliprandi, 2015a).

Além disso, as mulheres têm um papel fundamental nas lutas para a defesa da terra e dos bens naturais, têm adquirido protagonismo na luta para a soberania alimentar e contribuíram enormemente para a conformação dos movimentos camponeses. Isso se junta à conquista de espaços próprios para reivindicar e reivindicar-se como sujeitas de direito, de projetos e de desejos (Guillamón e Ruiz, 2015).

Através de suas práticas sociais e dos seus discursos, as mulheres obtêm legitimidade para suas reivindicações. Assim, disputam com outras forças políticas espaço para o reconhecimento da existência de pontos de vista próprios para a construção de sociedades democráticas, sustentáveis, justas e que coloquem a vida ao centro, como é levantado pelo feminismo e pelo movimento agroecológico (Siliprandi, 2015b). É preciso, então, que haja um processo de empoderamento político das mulheres que vai depender, basicamente, de que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade.

As mulheres merecem esse espaço de reconhecimento como sujeitas pois elas fazem parte da história e esta contribuição tem que ser valorizada e visibilizada, porque suas capacidades são iguais às dos homens (Burg, 2005). Além disso, as mulheres têm direito de ser protagonistas da sua própria história e da tomada de decisões, e têm que ser incluídas nos lugares de responsabilidade e de visibilidade. Portanto, é necessário que as mulheres se façam reconhecer e sejam reconhecidas na luta para um mundo melhor.

A presente pesquisa analisa trabalhos prévios sobre feiras agroecológicas e a partir de um caso concreto da feira agroecológica no EAV. Tendo em vista que as feiras agroecológicas são uma proposta de construção de espaços alternativos de comercialização e de relações, queremos investigar como e em que medida podem constituir um instrumento de estabelecimento de novos equilíbrios nas relações de gênero, em um contexto em que, como vimos, as mulheres são invisibilizadas e menosprezadas. A pesquisa aprofunda, por um lado, em que medida a participação em uma feira como a da Várzea pode contribuir para a visibilização do trabalho das mulheres e, por outro, até que ponto isso se constitui como uma oportunidade de empoderamento para elas. Isso é o que veremos nos capítulos que seguem, baseando a análise no confronto e paralelismo entre a experiência direta das mulheres do EAV e os relatos e resultados das outras pesquisas levantadas pela revisão bibliográfica.

5. O Espaço Agroecológico da Várzea

O EAV nasceu no início de 2018 como fruto da parceria entre um grupo de moradores/as do Bairro da Várzea, na periferia de Recife, no estado de Pernambuco (Fig. 2), e agricultores/as familiares residentes no interior do Estado. O intento deste espaço foi, desde o início, a construção coletiva de estratégias de promoção do consumo sustentável e da comercialização de produtos agroecológicos. O espaço surgiu da inquietação de algumas pessoas moradoras do bairro no intuito de impulsionar o surgimento de uma feira agroecológica que envolvesse a comunidade e que não fosse “imposto de cima para baixo”. Os intuítos que moveram essa escolha foram a demanda por uma alimentação saudável e a necessidade de ocupar os espaços públicos marginalizados como forma de resistência e visibilidade.



Figura 2. Localização geográfica do EAV.
(Fonte: elaboração própria)

O EAV se constitui, então, como espaço de comercialização de alimentos agroecológicos que visam a promoção da segurança alimentar e da qualidade de vida dos moradores do bairro da Várzea e adjacências. Tem como missão produzir estratégias político-pedagógicas de promoção do consumo alimentar consciente, de diálogo sobre alimentação saudável, produção agroecológica, atenção para a preservação do meio ambiente, e direitos humanos e sociais envolvendo as pessoas produtoras e as pessoas consumidoras.

A feira acontece todos os sábados das 6:30 às 10:30h na praça Pinto Damásio, mais conhecida como Praça da Várzea. Essa praça é um espaço plural frequentado por moradores e moradoras do bairro, crianças, jovens, adultos, senhores e senhoras, com grande vivacidade de trocas sociais e convívios culturais. O espaço ocupado pela feira se situa numa área marginal da praça, e estava em condição de semiabandono, constituindo um abrigo para os moradores de rua. A escolha deste espaço pelo grupo impulsionador do EAV respondeu justamente à intuição de “ocupar” e revitalizar um espaço público de utilidade da coletividade, podendo proporcionar nele atividades válidas e criadoras de mudanças para as pessoas moradoras do bairro. A atual realização da feira todos os sábados proporciona possibilidades de encontro e troca, e até os moradores de rua são assistidos indiretamente e de forma não institucionalizada pelos produtores que doam parte de sua produção para essas pessoas que vivem em situação de risco.

Ao que se refere às pessoas produtoras, a feira é constituída por 8 famílias (que correspondem a 8 unidades produtivas) envolvidas na comercialização, todas provenientes de regiões do interior do estado de Pernambuco, próximas à cidade do Recife. Na Figura 3 estão representadas as 6 unidades produtivas às quais pertencem as mulheres entrevistadas neste trabalho. Como se pode perceber do mapa, ficam em diferentes distâncias da cidade e são espalhadas geograficamente.



Figura 3. Localização das unidades produtivas das mulheres entrevistadas, em relação ao EAV.

(Fonte: Relatório do projeto CasaCidades sobre as atividades do EAV, dezembro de 2019)

Entre as 8 unidades produtivas representadas na feira, 4 são lideradas por casais heterossexuais de jovens, uma por um casal de irmãos jovens, uma por dois jovens irmãos homens, outra por um casal heterossexual de maior idade e a última é representada por uma mulher que há algum tempo se afastou da feira por motivos pessoais e por enquanto o irmão dela está cuidando da barraca e da venda. A grande presença de jovens e mulheres entre as pessoas agricultoras é uma característica peculiar do EAV, e isso foi uma escolha desde o nascimento da iniciativa.

Todas as famílias envolvidas tem como única fonte de renda a agricultura, em alguns casos participam, também, de outras feiras e no caso do casal de maior idade recebem aposentadoria como complemento de renda. Cada família envolvida faz parte de uma Associação vinculada à uma OCS, a qual garante que os produtos comercializados respeitem a legislação vigente relativa a produtos orgânicos sem certificação (Lei 10.831 de 23 de setembro de 2003). Em particular, são quatro associações envolvidas no projeto: Associação Agrofior (3 unidades produtivas), Associação Amoras (2 unidades produtivas), Associação Mocotó (1 unidade produtiva) e Associação Terra e Vida (2 unidades produtivas). No espaço físico da feira, cada unidade produtiva dispõe de uma a três barracas, em função da participação na Associação de

proveniência (cada Associação tem direito a um número máximo de três barracas) e da quantidade de produtos disponíveis.

Os produtos vendidos na feira são variados. Os agricultores/as levam produtos frescos cultivados em seus sítios, produtos de outras famílias pertencentes às mesmas Associações, e produtos processados. Verduras frescas (alface, rúcula, couve, agrião, acelga, repolho, berinjela, pepino, beterraba, cenoura, vagem, tomate cereja, feijão verde, cebola, cebolinha, temperos), raízes (macaxeira, inhame, batata doce) e frutas (mamão, coco, banana, banana da terra, maracujá, manga, abacate, acerola, melancia) representam a predominância da oferta, além de diversos produtos beneficiados. Alguns produtores/as vendem goma de tapioca, farinha, polpas de frutas, ovos, carne de galinha e de bode e mudas de plantas e flores, como mostra a Figura 4. Além disso, uma família se dedica exclusivamente à produção de alimentos beneficiados (pães, bolos, molhos, massas congeladas, sucos e lanches) a partir de produtos da propriedade e de alguns ingredientes orgânicos adquiridos fora da propriedade. Outra família, integrada recentemente no EAV para aumentar a variedade de produtos oferecidos, vende leite de vaca e de cabra, nata, queijo e ovos. Finalmente, tem uma última unidade produtiva que se dedica ao artesanato, a produtos de cosmética natural e mudas de plantas, com o objetivo principal de contribuir incentivando o reaproveitamento de material reciclado em artesanato e a proteção do meio ambiente.



*Figura 4. Dona Marluce e suas mudas vendidas na feira do EAV.
(Fonte: foto realizada pela autora)*

Além da comercialização, o EAV se caracteriza pela realização de dinâmicas educativas (rodas de diálogo, oficinas, intercâmbios) relativas aos questionamentos ligados aos alimentos

que consumimos: onde, por quem e como são produzidos os alimentos? O EAV também promove atividades político-culturais, sobretudo na barraca Paulo Freire, espaço para a distribuição de publicações, doação e troca de livros, orientações sobre temas relacionados à saúde, a questões de gênero, informativos político-educativos e venda de produtos que ajudam na manutenção da infraestrutura da feira e no apoio às rodas de diálogo.

Desde o surgimento da iniciativa, a comunidade envolvida sempre deu importância às questões de gênero. Como declarado no regimento interno (EAV, 2018), “o EAV se orienta a partir dos princípios e diretrizes do campo dos direitos humanos, especialmente no que se refere à promoção da cidadania com justiça social, garantindo a equidade de gênero, igualdade racial e respeito à diversidade sexual e identidades de gênero”. Em particular, como afirmado por alguns membros com os quais conversamos, o espaço foi pensado também como instrumento a serviço da luta contra o machismo, já que se desenvolve numa cidade caracterizada por muitas situações de violência contra a mulher e que a invisibilização das mulheres no campo e na cidade é um processo que faz parte do contexto sociocultural.

A atenção para estes temas se deve à sensibilidade e ao ativismo de diversos moradores e moradoras da Várzea que compõem o grupo dinamizador da feira: participantes de grupos de estudo sobre feminismo e questões LGBTQIA+ (por exemplo, gEMA UFPE – Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades), coletivos agroecológicos (SERTA, NAC, Centro Sabiá), movimentos sociais. Se pode deduzir que o contato com estes grupos ativistas e a participação na feira tenha permitido às pessoas agricultoras envolvidas de adquirir uma maior sensibilidade em relação aos temas de gênero.

Desde a escolha das unidades produtivas foram definidos critérios para a participação das pessoas agricultoras no EAV. Se priorizaram a igualdade de gênero e a juventude como critérios fundamentais para essa participação. Esses critérios são estendidos ao grupo de Coordenação do espaço: ter a participação de pelo menos metade de mulheres e jovens, além de incluir na composição, um/uma representante de cada Associação e três moradores/as do bairro (EAV, 2018). Até hoje, a Coordenação do EAV sempre foi encabeçada por uma mulher agricultora, e se pretende continuar nessa direção.

Uma iniciativa, em particular, que foi realizada no EAV foram os “*intercâmbios campo-cidade*”, que tinham como objetivo principal a conscientização das pessoas consumidoras para que compreendessem todos os processos que envolvem a produção e a comercialização dos produtos agroecológicos. Estes intercâmbios aconteceram com a visita em cinco unidades produtivas de pessoas agricultoras que participam do EAV, em que as pessoas participantes puderam conhecer a dinâmica da produção ecológica e sustentável das famílias que vivem no meio rural. A experiência contribuiu para fortalecer os laços de confiança entre as pessoas envolvidas e foi uma interessante oportunidade de troca para as pessoas agricultoras, possibilitando uma ocasião de aprendizado mútuo, graças também às oficinas específicas realizadas durante as visitas, e constituiu uma grande ocasião de valorização do campo e das pessoas agricultoras (Moreira et al., 2020). Infelizmente, a pandemia de COVID-19 interrompeu a iniciativa que até o presente momento ainda não pode ser retomada.

A pandemia afetou o EAV de várias formas. No começo das restrições à mobilidade e à frequência de espaços públicos, a presença de pessoas consumidoras na feira foi bastante reduzida. Assim, as pessoas agricultoras se organizaram para realizar pedidos feitos alguns dias antes da feira, onde as pessoas consumidoras podiam retirar na feira ou receber diretamente em casa com um custo adicional de transporte. No primeiro período desse momento de medidas de restrições sanitárias ocorreu um aumento de demanda de produtos “saudáveis” porque as pessoas estavam percebendo a importância de cuidar da saúde através da própria alimentação, e isso foi, de alguma maneira, positivo para as pessoas produtoras. Porém, depois de um tempo, acentuou-se a crise econômica que o Brasil está enfrentando até hoje de forma muito forte e as vendas diminuíram. O EAV está vivenciando, desde então, fases de altas e baixas na procura pelos produtos e na comercialização, mas ainda hoje as pessoas agricultoras estão percebendo algumas dificuldades e novos paradigmas a serem enfrentados em relação ao período anterior à pandemia.

5.1 As mulheres camponesas entrevistadas no EAV

As mulheres camponesas que foram entrevistadas⁵ para executar esta pesquisa representam as 6 unidades produtivas que tinham mulheres envolvidas na feira quando o trabalho de campo foi realizado. A maioria delas é muito jovem (entre 22 e 28 anos), e só uma tem 58 anos. Todas moram na área rural do interior do estado, relativamente próximo ao Recife, mas em comunidades diferentes.

Marluce Freitas de Lima é a única mulher com idade mais avançada do grupo, mora com seu marido na roça e juntos trabalham no campo, com ajuda de alguns trabalhadores. O casal tem duas filhas adultas, casadas, que moram no Recife e não mais no sítio com eles. Quando realizamos a entrevista, o marido de dona Marluce estava internado no hospital e não tinha condições de ir à feira. Ela mesma teve que se ausentar algumas vezes, e as filhas assumiram a organização da barraca e da venda. Os produtos que dona Marluce e o marido levam para a feira são variados, entre frutas, legumes, raízes e folhas, e o diferencial da barraca deles são as mudas de hortaliças, temperos e pés de fruta que são produzidas por dona Marluce e são muito reconhecidas e procuradas pelas pessoas consumidoras da feira.

Maísa de Melo é uma jovem mãe de uma menina de dois anos, mora com seu marido no sítio onde trabalham juntos na roça. Após o nascimento da filha seu marido trabalha com maior intensidade no campo e ela fica em casa cuidando da menina. Na feira, os dois são sempre presentes e ela faz questão de continuar indo (nos dias de feira a filha fica com os avós) mesmo após o nascimento da filha. Os produtos que levam para a feira são muito variados entre legumes, raízes e folhas, bananas e, de vez em quando, algumas outras frutas.

Maria Beatriz Gomes da Silva Rochas (Bia) é uma jovem que vive com o marido no sítio deles, e trabalha no campo junto com ele no sítio dos sogros. Não tem filhos. Quando fizemos a entrevista, constatamos que no caso deste casal a barraca da feira foi assumida completamente

⁵ As 6 mulheres entrevistadas no âmbito desta pesquisa aceitaram ser citadas com seus nomes no presente trabalho.

por Bia. O marido dela não estava mais indo e eles tinham decidido por esta divisão de tarefas, ele no sítio e ela na feira. Mesmo assim, ela participa também do trabalho no campo. Os produtos vendidos por Bia na feira são variados entre legumes, raízes, folhas e frutas.

Vanusa de Moura Oliveira é a mais nova da turma, casou muito jovem e não tem filhos. Junto com o marido trabalham na roça e levam os produtos para a feira. Eles moram na área urbana de uma cidadezinha do interior e todos os dias vão para o sítio dos sogros para trabalhar no campo. A barraca deles é a menor da feira, tem menos variedade de produtos, que são principalmente folhas e legumes.

Camila Petroni é filha de agricultores que começaram essa profissão há cerca de 15 anos e assumiu a barraca na feira junto com o irmão. A família dela mora no sítio desde 2007 e ela escolheu conscientemente o caminho da agroecologia só nos últimos anos. Camila tem um filho de 9 anos, é separada do pai da criança e agora tem uma relação homossexual, tendo assumido sua identidade LGBT. A barraca de Camila e do irmão é a única da feira que vende produtos processados, principalmente pães, bolos, lanches e sucos. Toda a produção é feita a partir das matérias primas disponíveis no sítio e de alguns ingredientes base (como a farinha de trigo) comprados fora da propriedade. O trabalho na roça é compartilhado entre todos os componentes da família e trabalhadores externos, e a produção dos produtos vendidos na feira do EAV é feita por ela e pelo irmão, em conjunto.

Ana Paula da Silva Mata é uma jovem mãe de dois filhos, um menino e uma menina, de quatro e sete anos. Como no caso de Maísa, ela se dedica mais aos cuidados da casa e dos filhos. Pela idade das crianças, ela consegue fazer alguns trabalhos na horta também. Os produtos que Ana Paula e o marido levam para a feira são variados, entre frutas, legumes, raízes e folhas, e também carne de bode e de galinha.

6. As feiras agroecológicas como oportunidade de empoderamento

Neste capítulo se analisarão os temas emergentes da revisão bibliográfica e da análise das entrevistas que representam aspectos chaves para que as feiras agroecológicas constituam uma oportunidade de empoderamento para as mulheres camponesas. Em todo o capítulo, serão transcritos diversos trechos das entrevistas no intuito de valorizar as narrativas das mulheres na construção do texto. No desenvolvimento da discussão serão considerados os principais referenciais teóricos citados anteriormente em relação aos temas levantados: a divisão sexual do trabalho, a participação das mulheres no “espaço público” da feira, o aumento da autoestima das mulheres, a gestão do dinheiro e aumento do bem estar das famílias, a transição agroecológica e aumento da diversidade na propriedade.

Em acordo com o que foi analisado nos capítulos anteriores, a agroecologia pode contribuir para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade do sistema e da vida (Burg, 2005; Carrasco, 2012, 2016; Llanque et al., 2018; Lopes Ferreira e Mattos, 2017; Orozco, 2019; Siliprandi, 2015a; Soler Montiel e Pérez Neira, 2014). Ao mesmo tempo, a agroecologia pode proporcionar mudanças nas dinâmicas ligadas ao gênero dentro das famílias, desestruturando e desconstruindo processos imutáveis há muito tempo como testemunha a fala de uma das mulheres entrevistadas participante do EAV:

“O processo da agroecologia tem contribuído 100% com isso, porque quando eu comecei a ter mais entendimento, até de como falar, até de como entender que aquilo foi machista e tentando cavar pelos lados pra ter que mostrar, eu acho que isso melhorou também. E fora isso minha mãe começou a ter muito entendimento também que ela deve ser escutada, que ela precisa (...), então, eu acho que devagarinho a gente foi construindo e desconstruindo. Quando eu vejo meu pai de hoje para meu pai de 15 anos atrás, outra pessoa. E não só meu pai, minha mãe, meus irmãos, eu, a gente tem outro entendimento de vida, e isso eu acho maravilhoso.” (Camila)

A agroecologia contribui fortemente no processo de mudança a respeito da invisibilidade e do não reconhecimento que as mulheres vivenciam no campo, e neste sentido as feiras agroecológicas constituem um poderoso instrumento de mudança de perspectiva. Participando das feiras, as mulheres veem seu trabalho valorizado. Como apontado por Burg (2005), isso permite que elas se projetem como agentes de geração de renda e ganhem visibilidade tendo uma oportunidade de reconhecimento de seu papel social e de sua crucial importância na reprodução da agricultura familiar. De acordo com Siliprandi (2011), o trabalho das mulheres, anteriormente visto como “ajuda”, ganha assim conotação econômica e social, envolvendo alteração de responsabilidades e redefinição de papéis. Além disso, García Rocés (2017), Costa Bezerra (2019) e Petit (2018) evidenciaram que as feiras promovem a participação das mulheres no espaço público, abrindo uma oportunidade de sair da esfera do espaço privado, e produz mudanças individuais em termos de autoestima e autonomia pessoal, como também nas relações de gênero.

As oportunidades de empoderamento que as feiras agroecológicas proporcionam não se resumem só a mudanças vivenciadas pelas mulheres, mas podem constituir um espaço de transformação de muitas dinâmicas sociais e familiares:

“Minha família, apesar de entender que veio de base muito machista, e essa coisa do patriarcado ser muito forte, com o tempo a gente está conseguindo ver que os homens e as mulheres da família estão abrindo um pouco mais a cabeça pras coisas. No início eu sentia um pouco de incômodo sim, eu tenho certeza que não foi uma coisa pensada do meu pai, mas ele era um homem que se destacava. Ele no passado da gente era o presidente disso, ele era não sei o que disso, e minha mãe era a esposa dele, que fazia tudo, mas não aparecia, era só a esposa dele. E aí quando minha mãe passa a ser a figura, e ela do sítio, ela é a figura, não é meu pai, não sou eu, não é meus irmãos, é ela, ela tomou meio que a cara do sítio.” (Camila)

Estas palavras contêm todo o sentido da transformação que os espaços de mudança como as feiras agroecológicas podem trazer: quando uma mulher “que fazia tudo, mas não aparecia”, passa “a ser a figura”, significa que alguma coisa mudou profundamente nas dinâmicas familiares e sociais em um sentido mais amplo. Graças à agricultura, à atividade de produção agrícola e de beneficiamento dos produtos, graças à participação nas associações, encontros, e trocas entre pessoas agricultoras, e também com as pessoas consumidoras, as mulheres camponesas veem reconhecido o seu mesmo ser.

6.1 Oportunidades de empoderamento

6.1.1 MUDANÇAS NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO COM A FEIRA

A divisão sexual do trabalho é presente também nas práticas agroecológicas, de diferentes formas, e isso ressoa de forma evidente tanto na revisão bibliográfica quanto nas entrevistas realizadas com as mulheres do EAV. Como afirmado no relatório do I ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), realizado em 2002 no Rio de Janeiro, inserir a perspectiva de gênero no debate agroecológico requer a superação da divisão do trabalho entre os sexos, a partir da diferenciação entre produção e reprodução. E isso se torna muito importante para começar um processo de mudança.

Como apontado por Pacheco (2002) e Siliprandi (2011), no meio rural do Brasil, as relações e os papéis de trabalho entre homens e mulheres não são questionados, e nem se questiona o fato que os trabalhos domésticos e reprodutivos sejam responsabilidade quase exclusiva das mulheres. A pesquisa de campo mostrou que todas as mulheres camponesas entrevistadas realizam o trabalho doméstico não remunerado conjugado com a atividade agrícola e/ou de processamento e comercialização, como evidenciado, entre outras autoras, também por Burg (2005) e Costa Bezerra (2019). Desta forma, as mulheres são frequentemente sujeitas a uma sobrecarga, com uma jornada de trabalho bem maior que os homens, devido, essencialmente, às tarefas domésticas e de cuidados, como evidenciado em toda a bibliografia analisada. Como apontado por Costa Bezerra (2019) o risco que se corre é que as mulheres tendem a assumir com

naturalidade a sobrecarga de trabalho de cuidados sob sua responsabilidade. Isso se confirma na fala das mulheres entrevistadas no EAV, sobretudo as que têm filhos pequenos:

“Antigamente eu sempre ia ajudar a limpar as coisas, a plantar alface, coentro, essas coisas que a gente traz pra feira. Aí por conta da menina eu não tô podendo mais, aí ele vai.” (Maísa)

“Eu tenho dois meninos, não posso estar trabalhando direto na horta. Minha sogra também ajuda meu sogro... ele, aí reveza, a tarde, a noite, passa o dia trabalhando, mas a gente sempre reveza. Às vezes eu vou trabalhar à tarde, vou limpar os leirão quando as plantinhas já estão crescendo, aí eu só não faço o esforço, assim, na enxada, fazer leirão, essas coisas.” (Ana Paula)

Nas entrelinhas das falas fica evidente que o conceito de tarefas domésticas ligadas ao gênero é fortemente enraizado na cultura e que é “obvio” que as mulheres fiquem com os/as filhos/as e os homens trabalhem no campo. Além disso, as mulheres com filhos pequenos têm que contar com a colaboração de outras pessoas (geralmente outras mulheres) para cuidar dos filhos e poder se dedicarem às atividades ligadas à feira.

“As vezes eu me sinto sobrecarregada, porque é muita dificuldade, sobre essa questão de ser dona de casa e agricultora fora, aí eu tenho dois filhos, aí eu não posso ficar direto na horta. Já ele é mais na horta. Mas às vezes eu me sinto sobrecarregada, às vezes não. Pra mim é tranquilo porque ele tá sempre em casa, ele sempre vem pra casa, aí às vezes ele olha os meninos e eu vou fazer as coisas. E eu tenho bastante apoio dos meus sogros, sempre ajudam.” (Ana Paula)

Neste sentido, nos remetemos à ideia das redes domésticas de cuidados e das relações de colaboração entre várias mulheres que existem nas sociedades rurais apesar da influência do modelo dominante (Moore, 1989). Como ressaltado por Federici (2020), estas relações coletivas constituem uma fonte de poder e proteção para as mulheres, desde que prevaleçam às relações familiares. As redes domésticas podem ajudar a diminuir a carga de trabalho das mulheres nas tarefas domésticas, nos trabalhos de processamento dos alimentos, e nos trabalhos de cuidados, como amplamente evidenciado no trabalho de García Rocés (2017).

Em alguns casos, as mulheres entrevistadas declararam que existe ajuda mútua entre homens e mulheres da mesma família em relação às tarefas:

“Aí pronto pra mim, eu acho importante no caminho de uma mulher, hoje eu vejo os casais que tem na feira, porque é o casal, né, não é só o homem, porque antigamente a mulher foi criada para estar em casa a cozinhar, passando, cuidando de menino... mas que ideia é essa que só a mulher tem que fazer, que a mulher tem que cozinhar, a mulher tem que passar, não, qualquer um, eu faço uma tarefa e tu faz outra, os dois juntos. Lá em casa é isso, os dois juntos, ele me ajuda bastante e eu ajudo ele, quando ele está mais cansado eu digo, não deixa que eu faço...” (Dona Marluce)

“Agricultura é pra qualquer pessoa, não tem esse negocio de mulher, mulher não pega na enxada, não tem isso, lá a gente pega na enxada, faz tudo, não tem essa diferença. Eu me sinto a vontade. A gente divide o trabalho no campo. E divide também o trabalho em casa. Assim, ele trabalha mais do que eu, né, aí a gente faz o que, a gente passa três dias no sítio, aí passa dois na rua, só que esses dois na rua a gente passa o dia todinho no sítio, e vem dormir de noite. Aí eu chego em casa, vou ajeitar a casa, ele me ajuda, aí eu faço dois dias assim, mais três dias no sítio. Ele me ajuda e eu ajudo ele.” (Vanusa)

“Eu sinto que foi uma coisa meio da gente mesmo [mulheres da família, ela e a mãe, n.d.t.] de querer estar à frente deste processo. Quando começou era eu e minha mãe na cozinha e meu pai basicamente dirigia pra gente, até ele também se sentir dentro do processo. Porque pra ele ficava naquela coisa de “eu fico no sítio e vocês na cozinha”, e aí na hora de vender ele era o motorista. E aí hoje ele já se inteirou... ele entra na cozinha, tem as coisas que ele faz, essa parte, carne de jaca, sucos, o de congelar é mais ele que faz. E aí ele entendeu que ele não precisa ser o homem que fica na roça e as mulheres ficam na cozinha. Então a gente também vem pro campo mais porque ele também permite mais, porque antes era aquela coisa de deixa que eu faço, querer se virar com tudo, e aí ficava pesado pra ele, então hoje a gente tem a família faz tudo, não tem muita coisa mais com isso não...” (Camila)

Evidentemente, permanece o conceito da “ajuda” levantado por Siliprandi (2011) e Burg (2005), quando alguém sai da própria esfera de trabalho e entra na esfera do outro sexo. Além disso, não podemos deixar de observar que as mulheres que declararam que existe “ajuda” entre homens e mulheres não têm filhos pequenos, no momento da realização das entrevistas. Vale a pena trazer para a reflexão também a questão da mudança entre o “antigamente” e o agora. Este processo de conquista das mulheres ao longo dos anos deixa transparecer a ideia que as tarefas poderiam ser melhor divididas, ou que essa divisão poderia ser mais permanente e não eventual, evidenciando uma maior consciência neste sentido, pelo menos por parte delas.

Além disso, uma reflexão resultante das entrevistas e dos trabalhos analisados na revisão bibliográfica é relativa ao cansaço e à sobrecarga de trabalho ligados à participação na feira (Burg, 2005; Costa Bezerra, 2019; García Rocés, 2017). Geralmente, a sobrecarga de trabalho é compensada pela satisfação de participar do espaço, o que faz valer a pena o esforço. Neste sentido, a presença participativa das mulheres para manter esse espaço conquistado contribui para uma mudança na divisão sexual do trabalho. Porém, no entanto que se evidencia esta mudança, permanecem a visão e as práticas que associam as mulheres com o trabalho doméstico e de cuidados, constituindo um limite para uma efetiva transformação.

6.1.2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO “ESPAÇO PÚBLICO” DA FEIRA

A feira agroecológica constitui um espaço em que as necessidades alimentares de pessoas que moram no meio urbano são satisfeitas, tendo uma ligação direta com o papel historicamente representado pelas mulheres de cuidadoras da alimentação da família. Como evidenciado nos trabalhos de García Rocés (2017), Petit (2018) e Costa Bezerra (2019), o espaço da feira permite

que as mulheres se sintam capazes de atuar como protagonistas. Como consequência positiva, a feira, por ser um lugar de empoderamento pessoal e de fortalecimento de novas relações, proporciona uma oportunidade para as mulheres sair da esfera privada para a pública. Isso permite a elas de superar dúvidas, vergonha e inseguranças para participar de um espaço público reconhecidamente masculino.

A feira agroecológica é um espaço onde não só as mulheres tomam protagonismo e iniciativa, mas também se abrem para elas oportunidades de assumir cargos de responsabilidade, como no caso do EAV, onde a coordenação até hoje sempre foi assumida por uma mulher, contribuindo com o processo de empoderamento. Como relata uma mulher entrevistada, o fato de assumir cargos de responsabilidade contribui para diminuir a vergonha e a dificuldade que frequentemente as mulheres camponesas têm em contextos coletivos/públicos:

“Eu estou com a coordenação da feira. As coisinhas assim eu resolvo, mas eu sou tímida então peço a ajuda de Camila, que já foi coordenadora. Me colocaram pra ser coordenadora, agora eu estou vendo de passar isso para Máisa, pra ver se ela se solta um pouquinho. Porque no começo eu não falava nada, nem um oi eu não falava, aí me colocaram pra ver se eu me soltava, me soltei um pouquinho, né, pouco, não muito...”
(Bia)

Assumindo papéis que normalmente não lhes pertencem, as mulheres agricultoras vivenciam novas experiências e podem se desafiar em situações que constituem oportunidades que podem ser aplicadas também em outros contextos da vida delas.

As feiras agroecológicas têm também a característica de se constituir como espaços de troca de conhecimentos, de compartilhamento de experiências, e de encontro. Assim, as reuniões são momentos importantes para o desenvolver da feira, e nos relatos das mulheres do EAV se constatou que muitas vezes são elas que participam das reuniões, com ou sem os maridos. Isso contribui para uma participação feminina nos espaços decisórios, que também são tradicionalmente dominados pelos homens, sobretudo no meio rural.

Além disso, na revisão bibliográfica e nos relatos das mulheres entrevistadas ficou evidente a determinação delas em permanecer nas feiras, entendido como um espaço conquistado do qual não querem abrir mão (Burg, 2005):

“O que eu penso assim do futuro não é desistir dela [da feira], só se ela desistir de mim, eu quero continuar até quando Deus quiser dando certo né?” (Ana Paula)

“A feira é onde a gente consegue viver, paga nossas contas, ajuda muita gente também da família, se não fosse a agricultura a gente não sabe nem onde a gente tava.”
(Vanusa)

Essa conquista do espaço público se faz tão importante pois as mulheres camponesas são geralmente relegadas a uma invisibilidade física e psicológica, e oportunidades como a feira são preciosas para elas saírem desta condição (García Rocés, 2017; Costa Bezerra, 2019; Petit, 2018).

Essa abordagem foi confirmada em vários trechos dos relatos nas entrevistas, além de outros aspectos que serão abordados a seguir.

6.1.3 EMPODERAMENTO E AUMENTO DA AUTOESTIMA DAS MULHERES

As feiras agroecológicas se constituem como espaços alternativos de comercialização onde se constroem novas relações. Como ressaltado na bibliografia consultada e nas entrevistas, as feiras podem representar um lugar de inclusão e visibilização do trabalho das mulheres camponesas, que se sentem fortalecidas pela participação nestes espaços (Burg, 2005; Costa Bezerra, 2019; García Rocés, 2017; Petit, 2018).

Como evidenciado pelos trabalhos analisados, e também evidenciado nas entrevistas, para as agricultoras o trabalho de produção e comercialização na feira adquire diversos significados que vão além da geração de renda (Burg, 2005; García Rocés, 2017). Na bibliografia consultada foi frequente a menção a importantes mudanças pessoais, aumento da autoestima e, conseqüentemente, empoderamento das mulheres camponesas por meio das novas relações sociais que a feira proporciona. Novos relacionamentos são construídos com as pessoas consumidoras, que chegam no espaço da feira com a intenção de adquirir produtos saudáveis e de compartilhar a construção de modelos alternativos de comércio e de produção de alimentos. Desta forma, o trabalho das mulheres camponesas é reconhecido como um importante papel cumprido por elas na sociedade. Isso ressoa nos relatos das mulheres entrevistadas no EAV:

“Pra mim a feira é muito bom, porque tem várias mulheres que vêm perguntar alguma coisa, eu respondo. Tem umas que não entende muito, aí fica na dúvida, aí a outra semana ela vem, pergunta e eu respondo. E tem muitas que, assim né, fica falando o preço, assim é muito caro, aí eu explico né, que tem o processo todinho, que não é do jeito que eles pensam, né?” (Máisa)

“Eu gosto muito de vir pra feira. Quando minha sogra diz assim “amanha eu vou”, aí fica aquela briga em casa porque, acho que quando eu chego aqui tem muita energia positiva, eu acho. Tem cliente assim, que raramente reclama, mas tem clientes que sempre gosta de te apoiar, e fala assim, vai, segue em frente mulher, vocês são novos, segue em frente, não olhe pra trás, e é isso também que motiva a gente, o próprio cliente da gente dando aquela força também”. (Ana Paula)

“Aí pra mim... a feira pra mim, eu gosto muito de vender, eu gosto até mais do que outras coisas, eu sou o contrário... não gosto da parte de produzir e gosto mais de vender, porque é engraçado chega um cliente e fala assim: ‘eu só quero comprar com dona Marluce, eu só quero comprar com você’, e eu falo assim, não, menino, eles estão vendendo... mas pra mim a feira quando eu não venho eu sinto falta!” (Dona Marluce)

Todas as mulheres entrevistadas dizem que gostam do trabalho na feira. O contato com as pessoas consumidoras, que reconhecem as mulheres como sujeitos valorizando o trabalho delas porque contribui com a saúde da sociedade como um todo, proporciona grande satisfação para

elas. Sem contar que a comunicação com pessoas novas permite uma maior autoconfiança e a superação de vergonha, timidez e dificuldades em se relacionar com estranhos e de “se soltar” em um espaço público que a princípio não pertence ao cotidiano da maioria das mulheres camponesas.

E também eu me soltei mais, já aprendi a falar mais, desenrolei mais... no começo era meu marido que falava, porque ele que vinha, e ele é mais solto, eu só ficava atrás, fazia a conta e dava troco, falava oi, bom dia e boa tarde, boa tarde não né, era o que eu falava, e as vezes nem falava. Ai hoje eu me soltei mais, como ele não tá podendo vim porque ele tá cuidando dos bichos lá, aí eu tive que me soltar, ele disse é, agora é tu que vai ter que se soltar, aí eu achei muito bom porque a pessoa conhece mais, tem uma aproximação com o cliente, porque eu sempre gosto de conversar, ele que fazia isso, conversava com todo mundo, aí agora é meu papel né?” (Bia)

Novos relacionamentos são construídos também entre as pessoas agricultoras, nos espaços de reunião e de gestão da feira, criando laços e amizades que contribuem para uma maior abertura e companheirismo entre as agricultoras. No caso do EAV, existe um importante espaço de troca que proporciona possibilidades de aumento da autoestima e empoderamento: as rodas de diálogo que envolvem as pessoas agricultoras, consumidoras e eventuais outras pessoas que participem da praça e do espaço. Nas rodas de diálogo, que infelizmente tiveram que parar durante a pandemia de Covid-19, são incluídos eventos culturais, trocas de experiências e conversas abertas sobre temas ligados à agroecologia e além. Estes momentos são pensados para abrir a comunicação entre o meio rural e o meio urbano, e para fortalecer as reflexões e abrir os pensamentos de todas as pessoas envolvidas.

Graças a todas estas iniciativas que a feira agroecológica do EAV proporciona, se consegue construir um real espaço alternativo de relações e dinâmicas sociais, tanto que eu mesma, entrando na praça, sinto que se pode respirar um ar diferente e sinto que ali está acontecendo algo bem maior do que uma simples venda de produtos alimentícios. Como afirmam as entrevistadas:

“Como pessoa, a feira é um local que aceita, não tem esse negocio, não tem diferencia de você é mulher... você não pode trabalhar com isso, você é homem... você tem que trabalhar com isso, não aqui não tem diferença, é uma coisa que a gente se sente à vontade.” (Bia)

“E a feira da Várzea foi ela que me ajudou a ter orgulho do que sou. Em muitos, não só nessa parte da vida, assim, mas a gente teve muitas rodas de diálogo, teve muitas vivências, teve muita gente ao invés de torcer o nariz, né, de dizer que tinha orgulho, e aí eu fui entendendo que não preciso ter vergonha disso mais, que é normal, me tirou esse peso, foi muito bom. E aí hoje eu acho que dificilmente eu saio de novo, a não ser que a vida dê uma reviravolta e eu precise sair disso, mas a ideia não é essa.” (Camila)

Outro aspecto importante ligado ao empoderamento das mulheres camponesas é a possibilidade que espaços como o das feiras proporcionam de formação em agroecologia, a

abertura para outros lugares de conhecimento e experiências, de reivindicação e formação política. No caso das mulheres entrevistadas no EAV, por exemplo, uma delas teve a oportunidade de fazer um curso de formação no SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa), que ela relata ter sido uma experiência muito importante para aprender, conhecer pessoas e seguir no caminho da agroecologia. Outra mulher participou, junto com um grupo de mulheres não agricultoras que fazem parte do EAV, na Marcha das Margaridas⁶ em Brasília em agosto de 2019. A Marcha é uma ação permanente das mulheres do campo e da floresta que começou no ano 2000, onde se reivindicam o atendimento a uma série de questões ligadas aos direitos das mulheres, tais como a garantia permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, o acesso à terra e a valorização da agroecológica, a uma educação que não discrimine as mulheres, o fim da violência sexista, o acesso à saúde, o ser (ou não ser) mãe com segurança e respeito, a autonomia econômica, etc. Uma oportunidade como essa também se constitui como um passo a mais em direção do empoderamento e da autoafirmação das mulheres camponesas envolvidas na transição agroecológica.

6.1.4 A GESTÃO DO DINHEIRO E O INCREMENTO DO BEM ESTAR DAS FAMÍLIAS

Um outro aspecto relevante presente na revisão bibliográfica e na análise das entrevistas é que as feiras agroecológicas proporcionam melhorias na renda para as mulheres. Como apontado por Burg (2005), Costa Bezerra (2019) e García Rocés (2017), isso permite um certo empoderamento para as mulheres, em que os recursos da feira contribuem com as mudanças em relação à gestão do dinheiro e incremento do bem estar. Ao mesmo tempo, o fato de as mulheres terem acesso ao dinheiro implica mudanças nas relações de poder dentro dos grupos domésticos.

Uma diferença observada entre as experiências relatadas nas entrevistas e na bibliografia analisada é que no EAV cada barraca é gerida por um casal de agricultores, enquanto nos outros casos são geralmente só as mulheres que assumem a tarefa da feira. Nos casos relatados nos textos consultados se entende que a geração de renda autônoma mudou muito a condição de independência das mulheres agricultoras, determinando uma maior autoestima e satisfação. Como evidenciado por Burg (2005), García Rocés (2017) e Petit (2018), a grande maioria dos recursos provenientes das feiras são destinados ao “bem estar comum da família”, e raramente as mulheres priorizam suas necessidades individuais.

No caso da feira do EAV, a maioria das mulheres declarou de ter acesso direto ao dinheiro da feira, e que os recursos são utilizados em conjunto para as necessidades da família. O acesso direto aos recursos por parte das mulheres camponesas constitui um assunto bem delicado. Como apontado por Siliprandi e Cintrão (2011), acontece frequentemente que estas mulheres nem conheçam a possibilidade de ter acesso ao dinheiro e à decisão sobre seu uso, apesar de ser seu direito. Por isso é importante considerar que o tipo de entrevistas realizadas poderia não ter chegado muito em profundidade neste assunto.

⁶ Para aprofundar o assunto: <https://www.youtube.com/watch?v=mW883YU8OGA>, acessado em: 09/09/2022.

Nos relatos das entrevistas foi comum escutar afirmações ligadas à melhoria do bem estar familiar graças à feira:

“A feira é onde a gente consegue viver, paga nossas contas, ajuda muita gente também da família, se não fosse a agricultura a gente não sabe nem onde a gente tava (...). A feira representa a minha vida. Sem ela eu não sei nem pra onde eu vou. A feira me mantém, mantém minha casa, mantém minha vida.” (Vanusa)

“A gente tá gostando e a gente mudou a qualidade de vida, porque foi uma experiência assim, total, uma coisa que a gente mudou do dia pra noite, a gente decidiu vim para a agricultura pra ver se dá certo ou não, e realmente deu certo né? A gente tá aqui conhecendo, conheceu verdura que não conhecia, a gente, assim, tá tendo qualidade de vida, tanto pra gente como pros nossos clientes.” (Ana Paula)

O bem estar familiar é entendido à luz de uma autoconsciência adquirida pelas mulheres em relação à produção e ao consumo de alimentos saudáveis. Muitas mulheres, apesar de morar em área rural e produzir alimentos, não tinham uma boa alimentação antes de começar a produzir agroecológico.

“A alimentação que a gente não tinha, depois que a gente entrou na agricultura, principalmente com orgânicos, a gente não se alimentava direito, hoje a gente se alimenta bem, a gente não come nada de besteira, é mais tudo o que a gente tem na horta a gente consome, isso é satisfatório. A feira trouxe isso pra gente, se não fosse a feira a gente não sabia nem onde a gente estava. [...] Eu, quando morava com a minha mãe, eu me alimentava muito mal. [...] Aí foi devido que a gente entrou na agricultura que fui comer folhagem, uma coisa que eu não comia, alface, tomate, essas coisas, pra mim era uma luta viu comer. Hoje eu como, me alimento bem, me sinto bem. Não tem esse negocio de tá doente, eu era doente direto, meu esposo era gripado direto com a imunidade baixa, Alimentação... hoje a gente é muito melhor de saúde com nossa alimentação, mudou 100%, devido a agricultura”. “Hoje pra mim, tem dias que não dá tempo de fazer uma salada e eu já sinto falta. Ai de noite eu já faço no café, parece que seu corpo vai se acostumando com o que é bom, sabia?”. “Depois da agricultura a minha saúde é outra. [...] Minha vida mudou completamente.” (Vanusa)

Em geral, as pessoas agricultoras têm uma sabedoria ancestral ligada à alimentação de qualidade como herança cultural, mas nas últimas décadas isso se perdeu muito e frequentemente a alimentação das pessoas agricultoras é pouco variada e depende muito do mercado externo. Isso é provavelmente devido ao maior acesso a produtos de supermercado por parte das famílias rurais junto à forte propaganda de comidas industrializadas, à consequente diminuição da autoprodução e ao processo de urbanização como um todo que acaba afetando também o meio rural. A participação em feiras agroecológicas pode reverter esta tendência e ao mesmo tempo revitalizar conhecimentos antigos que historicamente foram cultivados e transmitidos pelas mulheres, assim reconhecendo a importância delas nesta sabedoria.

Ao mesmo tempo, a possibilidade de participar numa feira vendendo os próprios produtos para pessoas urbanas que valorizam essa qualidade, a não utilização de agrotóxicos, a atenção para a diversidade, contribui fortemente em direção à soberania alimentar das pessoas agricultoras (Mendonça Sousa et al., 2021). A participação na feira agroecológica permite às famílias uma maior qualidade de vida, saúde, e uma conscientização sobre a importância disso, pois congrega as pessoas ao redor de uma ideia comum de alimentação saudável e equilibrada que pode ser cultivada e mantida.

“Eu tenho filho, eu tenho neto, então eu quero que eles tenham, não só eles, como eu gostaria que chegasse um ponto que a população toda se alimentasse disso aí, mas infelizmente o governo não apoia, apoia pra comprar veneno pra colocar.” (Dona Marluce)

“A gente tá achando melhor, até pra saúde da gente, pra todo mundo né? (...) A alimentação mudou bastante. Assim, antes da feira a gente não comia né essas coisas que a gente planta. Ai agora lá em casa todo mundo tá comendo, tá gostando. Então aos pouquinhos está mudando a alimentação.” (Maísa)

A agroecologia proporciona, então, a possibilidade para as pessoas agricultoras de retomar a alimentação como um essencial fator de saúde, ao mesmo tempo produzindo alimentos de qualidade para o público das feiras, em um processo circular de aumento do bem estar como um todo e de fortalecimento da sabedoria tradicionalmente associada às mulheres em relação a isso.

6.1.5 TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E AUMENTO DA DIVERSIDADE

Como apontado por Calle Collado et al. (2013), a transição agroecológica começa nas unidades produtivas e se expande a todas as dimensões do sistema agroalimentar. Siliprandi (2015a) afirma que a participação em processos de transição agroecológica pode abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero porque estes introduzem elementos que potencialmente desestabilizam a lógica patriarcal, pois colocam a vida ao centro. Desde a escolha de produzir agroecológico, as pessoas agricultoras contribuem neste sentido através da escolha de participar em processos de produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, socialmente justos, economicamente viáveis e culturalmente apropriados, que sejam produzidos em territórios sustentáveis (Gallar e Calle Collado, 2017).

Os resultados deste trabalho demonstram que, muitas vezes, a escolha agroecológica parte das mulheres, seja por uma necessidade de diversificação na renda, seja por uma preocupação com a saúde da família, ou por outros motivos. Além disso, a produção agroecológica pressupõe uma readaptação na utilização dos recursos naturais e isso determina um aumento da (bio)diversidade na propriedade. Como apontado por Burg (2005), Petit (2018) e Costa Bezerra (2019), as mulheres são geralmente responsáveis da diversificação agrícola já que, historicamente, elas têm sido criadoras e mantedoras de práticas como o policultivo devido à preocupação com o autoconsumo familiar e o bem estar como um todo. Neste sentido, mães e

esposas conversam com os homens da família para convencê-los a mudar estilo de vida, tendo que enfrentar verdadeiras “lutas”:

“Foi uma luta fazer ele vim [o marido] sem usar veneno, porque a família dele todinha usa. Aí foi uma luta pra trazer meu sogro e ele (...). Ele não queria. Porque como ele era só, aí só tinha ele e a mãe dele pra fazer as coisas, meu sogro trabalhava. Aí eu disse, não, vamo que eu ajudo, eu faço as coisas e aí foi que eu convenci ele a vim.” (Bia)

No EAV, como em muitos dos relatos presentes na revisão bibliográfica, a decisão de participação na feira agroecológica partiu quase sempre das mulheres. A iniciativa tomada pelas mulheres na escolha de “botar uma feira” pode ter diferentes origens, desde a diversificação da renda ou o prazer encontrado na ação de vender e se relacionar com as pessoas consumidoras:

“Eu digo perai... como eu sou muito assim, bem assim, vamos botar uma feira. E a gente começou a de Carpina. A gente não tinha certificado de orgânico, e eu disse, vamos botar uma feira em Carpina? E ele não gosta de feira, disse eu não vou, se eu levar você vende? Disse, vendo. Ele disse, mas quem vai levar as coisas sou eu. Tá bom, é só levar. Aí fui pra Carpina, lá contratou o banco, e tudo o que a gente tinha levava, tinha macaxeira, tinha batata, tempero, plantava coentro porque era só levar um mói assim, enorme, todo bonitinho, pagava 2 R\$, 3, não é moi de coentro, é moi pra fazer os mói, aí eu disse, não, eu vou levar, falei com o menino, quando eu cheguei na feira cadê o banco? Não tinha mais banco, o menino não tinha colocado. Aí eu disse agora pronto, vou vender a pé. Aí comecei a andar na feira e vi um banco vazio, senhor esse banco é seu? É... O senhor me aluga? Ele disse, não, pode usar, que eu já não tô usando ele. Aí dali eu comecei, eu gostava acordava muito de madrugada que sempre tem que acordar, e aí a gente começou, aí a gente começou com essa feira”. (Dona Marluce)

Dentro do processo da transição agroecológica, em vista de uma mudança radical de todo o sistema agroalimentar, se reconhece também a importância da conscientização das pessoas agricultoras e das pessoas consumidoras. O espaço das feiras constitui, mais uma vez, um lugar fértil de trocas e aprendizados que podem levar para uma verdadeira transição social agroecológica, em muitos casos protagonizados pelas mulheres.

“Como a gente é novo, aí o pessoal pensa que a gente não planta, pensa que tem gente por trás disso. Porque vê assim que a gente é novo e não vai ter essa forma. Mas eu acho assim, pra mim uma feira não é você só conhecer, saber o nome da verdura, você tem que saber o que tem por trás disso, saber o que você vai colocar, como é que você vai fazer o manejo, como é todo o trabalho, porque quando você chegar aqui muitas pessoas vão perguntar “como é que você planta isso? Como é que vem isso?” Se você não souber, como é que você vai poder descrever a seus clientes? [...] Minha visão com a feira orgânica é isso, eu acho que você tem que ter o conhecimento, pelo menos um pouco, de como é que chega aqui, porque é uma responsabilidade enorme, você trazer as verduras, de onde vem, como é, porque não é uma feira convencional, você tem que ter o compromisso de todo sábado vir e trazer verduras e frutas saudáveis né?” (Ana Paula)

As mulheres do EAV, não todas de origem camponesa direta, mas todas com alguma ligação com a produção agrícola em algum sentido, são na maioria muito jovens e têm a clareza de quanto o processo de mudança trazido pelas feiras possa ser válido e transformador em todos os níveis da sociedade:

“No pensamento aqui da gente, que todo mundo concorda, é que a feira aqui da Várzea não é uma questão de você vim, querer vender, e receber só seu dinheiro, tem outras coisas por fora, você quer vim, você quer satisfazer seu cliente, você está mudando toda sua rotina, não é só questão de chegar aqui, pegar o dinheiro, e ta vou me embora, não, você vai explicar a ela o que tem por trás de todo isso que você tá vendendo”. (Ana Paula)

É assim que, a partir da valorização da diversidade na propriedade agroecológica, do reconhecimento e da reapropriação da sabedoria feminina ancestral e da consequente conscientização das pessoas agricultoras que poderá se chegar a uma verdadeira transição agroecológica que caminhe em direção da soberania alimentar.

Como se viu neste subcapítulo 6.1, as feiras agroecológicas são espaços de possíveis pequenas revoluções em relação às dinâmicas ligadas as relações de gênero que existem nas famílias rurais do Brasil. Na base da análise feita até agora, se pode estender a reflexão a contextos parecidos, e dizer que as feiras agroecológicas constituem uma oportunidade concreta de empoderamento das mulheres camponesas nos diversos níveis abordados. Certamente, tem espaço e necessidade para pesquisar e aprofundar mais os temas ligados ao empoderamento feminino nas feiras agroecológicas, para confirmar e fortalecer os resultados deste trabalho. Consciente das limitações que todo trabalho tem, espero que esse levantamento possa contribuir em direção de um reconhecimento e valorização maior do papel das mulheres dentro da agroecologia.

7. Conclusões e perspectivas futuras

O presente trabalho partiu do pressuposto que, dentro de um espaço agroecológico, é necessário ter uma tomada de consciência e uma mudança de paradigma em respeito às relações de gênero. Como indicado por diversos estudos, isso permitiria confirmar a validade do caminho conjunto entre agroecologia e feminismos, que fazem parte da construção de um mesmo projeto de transformação da sociedade (Soler Montiel e Pérez Neira, 2014; SORKIN, 2016; Lopes Ferreira e Mattos, 2017). Atualmente, a confluência das aspirações emancipatórias do feminismo e da (agro)ecologia tem muitos nomes. Esta convergência pode ser representada como uma grande, colorida e barulhenta praça onde chegam mulheres, organizações de mulheres e feministas com diferentes caminhos, bagagens e acentos (Guillamón e Ruiz, 2015; Cabnal, 2018).

O lema do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia, apresentado publicamente pela primeira vez no VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2013, afirma: *“Sem feminismo não há agroecologia!”*. Ou seja, a garantia da soberania dos povos sobre seus territórios, a promoção de produção e consumo de alimentos saudáveis e o manejo sustentável dos agroecossistemas não pode avançar separadamente da luta para o reconhecimento do trabalho, da contribuição econômica e dos conhecimentos das mulheres para a sustentabilidade da vida (GT de Mulheres da ANA, 2018).

Como lembrado por Siliprandi (2015a), as contribuições do feminismo nos processos de transição agroecológica têm sido fundamentais, e, ao mesmo tempo, a agroecologia pode contribuir com as mulheres pois valoriza o trabalho delas no campo e fortalece a identidade, a cultura tradicional e a resistência camponesa feminina. O presente trabalho quis aportar alguma evidência nesta direção, observando o caso específico das feiras agroecológicas. A pesquisa baseou-se em diversas investigações realizadas anteriormente cujos resultados foram cotejados com uma pesquisa de campo. O objetivo foi buscar coincidências e novos elementos com relação aos efeitos da participação das mulheres camponesas em feiras ecológicas.

A revisão bibliográfica realizada permitiu identificar os elementos principais que contribuem para o empoderamento das mulheres, analisando em perspectiva feminista a participação delas nas feiras. O trabalho de campo com as entrevistas possibilitou aprofundar estes temas e suas derivações, e construir uma discussão sobre as reflexões levantadas.

A metodologia utilizada foi válida no que diz respeito ao alcance dos objetivos da pesquisa, mas senti a falta de um trabalho de campo mais aprofundado que poderia ter trazido reflexões mais amplas e detalhadas. De fato, o trabalho de campo foi bastante limitado pelas restrições impostas pela pandemia do Covid-19. Não foi possível fazer visitas às propriedades nem reuniões com as entrevistadas para aprofundar as questões propostas pelo trabalho. Ainda assim, a combinação entre pesquisa bibliográfica e entrevistas individuais com mulheres participantes dos processos analisados trouxe novos elementos que contribuem para a problemática abordada. Apesar das limitações, foi extremamente importante ouvir as mulheres, saber de primeira mão o que elas sentem em relação à participação num espaço agroecológico como a feira, e a importância da agroecologia na vida delas. Senti que as mulheres que tive a

honra de entrevistar estavam contentes de serem consideradas, ouvidas, e de poder expressar sua opinião em relação aos temas tratados.

De acordo com os resultados, as feiras agroecológicas aparecem como um espaço físico, social e cultural onde é possível identificar uma certa evolução nas relações de gênero, evidenciando pequenas mudanças de paradigma nos grupos investigados. Porém, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. A desconstrução profunda das dinâmicas que estão na base da discriminação de gênero e da invisibilização das mulheres camponesas é certamente um percurso que precisa de tempo e conscientização.

De acordo com a pesquisa, quais aspectos próprios das feiras agroecológicas poderiam contribuir nessa direção? Foi possível apontar alguns fatores.

Primeiramente, tanto na revisão bibliográfica como nas entrevistas realizadas, se evidenciou o forte envolvimento das mulheres com a feira. Como levantado por Burg (2005) e García Rocés (2017), isso pode constituir uma oportunidade quando elas conseguem mudar suas prioridades em função da renda gerada pela feira e de outras vantagens que percebem para a saúde e o bem estar da família como um todo. Assim, se fortalece a posição da mulher como responsável pela feira/comercialização e se começa a ensaiar uma reestruturação da divisão do trabalho, amparada pelo ganho econômico resultante destas atividades. Porém, essa participação acarreta também uma maior carga de trabalho. Ao mesmo tempo, como apontado por García Rocés (2017), esse aumento da carga de trabalho para as mulheres constitui um limite destas experiências, inclusive a presente pesquisa. As mulheres camponesas, por um lado, ganham autonomia econômica e autoestima na feira, mas isso tem o “custo” de uma sobrecarga para elas, porque a divisão sexual do trabalho não deixa de existir e os cuidados ficam sempre de responsabilidade das mulheres. No caso específico deste estudo a sobrecarga de trabalho para as mulheres camponesas se referiu principalmente à compatibilidade entre as tarefas domésticas e de cuidados e a organização/preparação para conseguir ir à feira. Porém, há de se dizer que isto é de alguma forma compensado pela satisfação de participar na feira, e pela gratificação de ver seu papel na sociedade mais reconhecido.

De fato, o aumento da autoestima das mulheres camponesas emerge claramente nas entrevistas e nos trabalhos prévios analisados. Isto permite avançar, mesmo se muito devagar, no processo de empoderamento das agricultoras envolvidas junto com o reconhecimento do trabalho tradicionalmente desenvolvido pelas mulheres, a valorização dos saberes tradicionais (muitas vezes associados às mulheres), a oportunidade de se relacionar diretamente com as pessoas consumidoras, a assunção de cargos de responsabilidade e o reconhecimento delas no “espaço público” da feira e a priorização de uma organização coletiva.

Outro elemento que emerge é a questão do acesso aos recursos por parte das mulheres. Trabalhos anteriores tais como a pesquisa de Siliprandi e Cintrão (2011), evidenciaram que muitas vezes, no contexto rural do Brasil, o dinheiro da família é gerido pelos homens, que geralmente são os únicos titulares das contas bancárias e “não deixam” as mulheres ter acesso. No caso desta pesquisa, as mulheres entrevistadas declararam que há um controle comum – entre homens e mulheres da família – dos recursos derivados da feira (que inclusive muitas vezes é a única fonte de renda da família). Seria interessante poder aprofundar mais em detalhe essa

questão, mas, na hipótese de ser verdade essa afirmação, podemos supor que isto se explique pelo fato de serem casais jovens, em que as mulheres já são mais empoderadas, que de alguma forma conhecem o valor de seu próprio trabalho e conseguem acordos com os maridos neste sentido. Além disso, a presença física das mulheres na feira pode contribuir com a maior facilidade para elas de controlar o dinheiro da família, e a partir daí mudam muitas coisas. Inclusive, os produtos levados para a feira são fruto do trabalho de ambos, e não só dos homens, e isso pode fortalecer o “direito” das mulheres sobre o dinheiro gerado. Estas reflexões ficam em aberto, pois vai ser necessário aprofundar o tema com mais pesquisas que analisem a questão.

Finalmente, na maioria dos casos analisados a escolha agroecológica partiu justamente das mulheres, seja por uma necessidade de diversificação na renda, seja por uma preocupação com a saúde da família, ou por outros motivos. Esta escolha leva consigo uma readaptação na utilização dos recursos naturais, determinando um aumento da (bio)diversidade na propriedade e contribuindo em direção da transição agroecológica.

Para concluir, consideramos que este trabalho pode ser útil para as mulheres que participam da feira, como um registro e sistematização das suas percepções, e poderá servir como material de base para futuros trabalhos, necessários, para aprofundar mais e avançar no tema. Sabemos que ainda têm muito a ser feito para que estas reflexões possam ser confirmadas, aprofundadas e, sobretudo, possam se tornar exemplo e inspiração para uma evolução em direção a mudanças reais. Espero, então, que este trabalho possa contribuir na direção da construção de uma agroecologia mais justa, inclusiva e feminista.

Referências bibliográficas

Altieri M.A. (2012). *Agroecología: Bases Científicas para una Agricultura Sustentável*. 3º ed. Expressão Popular, AS-PTA: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil. ISBN 978-85-7743-191-5.

Álvarez Vispo I., Zubillaga M.B. (2019). *Feminismos para los sistemas alimentarios y la agroecología*. Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica 2: 125-146.

Burg I.C. (2005). *As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense*. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

Cabnal L. (2018). *Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala*. Em: Momento de paro, tiempo de rebelión. Miradas feministas para reinventar la lucha. Minervas Ediciones: Ciudad de México, México.

Calaça M.K.A.dosS., Conte I.I., Cinelli C. (2018). *Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas*. Revista Brasileira De Educação Do Campo, 3(4): 1156-1183.

Calle Collado A., Álvarez Vispo I. (2020). *Agroecología en 3C: afrontando pandemias globales*. Em: Rabasco P (ed.), Ciudad y resiliencia. Última llamada. Ediciones Akal: Madrid, España. ISBN: 978-84-460-4990-6.

Calle Collado A., Álvarez Vispo I. (2019). *Economías-otras: introducción a un monográfico necesario*. Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica, 2: 5-26.

Calle Collado A., Gallar D., Candón J. (2013). *Agroecología política: la transición social hacia sistemas agroalimentarios sustentables*. Revista de Economía Crítica, 16: 244-277.

Calle Collado A., Soler Montiel M., Rivera Ferre M. (2011). *Soberanía alimentaria y Agroecología Emergente: la democracia alimentaria*. Em: Calle Collado A. (ed.), Democracia Radical. Entre vínculos y utopías. Icaria Editorial: Barcelona, España. ISBN: 978-84-9888-330-5.

Calle Collado A., Soler Montiel M., Vara Sanchez I., Gallar Hernandez D. (2012). *La desafección al sistema agroalimentario: ciudadanía y redes sociales*. Interface: a journal for and about social movements, 4(2): 459-489.

Cardoso E.M., Jalil L.M., de Souza Moreira S.L. (2021). *As mulheres na construção do conhecimento agroecológico*. Anais do evento Convergências e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, 16(1).

Carrasco B.C. (2003). *La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?* Em: Mujeres y trabajo: cambios impostergables. Veraz Comunicação: Porto Alegre, Brasil.

Carrasco B.C. (2009). *Mujeres, sostenibilidad y deuda social*. Revista de Educación, número extraordinario 2009, pp. 169-191.

Carrasco B.C. (2016). *Sostenibilidad de la vida y ceguera patriarcal. Una reflexión necesaria*. Atlánticas. Revista Internacional de Estudios Feministas 1(1): 34-57.

Carrasco B.C., Borderías C., Torns T. (2011). *El trabajo de cuidados: antecedentes históricos y debates actuales*. Em: Carrasco B.C., Borderías C., Torns T. (eds.), El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas. Catarata: Madrid, España. ISBN: 978-84-8319-558-1.

Costa Bezerra A.G. (2019). *Mujeres y Agroecología: el papel de la mujer en la feria de agricultura familiar de São José de Mipibu en Rio Grande do Norte – Brasil*. Trabajo de Fin de Master. Master Oficial en Agroecología. Un enfoque para la sustentabilidad rural. UNIA, UCO, UPO.

Crenshaw K. (1991). *Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of color*. Stanford Law Review, 43(6): 1241-1299.

Cuéllar-Padilla M., Calle Collado A. (2011). *Can we find solutions with people? Participatory action research with small organic producers in Andalusia*. Journal of Rural Studies 27: 372-383.

de Araújo T.P., Alves de Lima R., Macambira J. (2015). *Feiras agroecológicas. Institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar*. Instituto do Desenvolvimento do Trabalho/Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco: Fortaleza, Brasil.

de Faria Ferreira L., Martins Z. (2021). *Plantas medicinais, saberes tradicionais e práticas de cura: rituais, magias e terapias*. Anais do evento Convergências e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, 16(1).

de Oliveira J.B.M., de Freitas K.P., da Silva L.C., Silva L.C., da Silva J.C., Jalil L. (2021). *Mulheres e agroecologia: construindo saberes, sujeitos e autonomia*. Anais do evento Convergências e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, 16(1).

EAV (2019). *Espaço Agroecológico da Várzea. Regimento interno*. Aprovado em 5 de março de 2018. Disponível no link: <https://agroecovarzea.wixsite.com/agroecovarzea/regimento2> (último acesso: 6/09/2021).

Federici S. (2020). *Il punto zero della rivoluzione. Lavoro domestico, riproduzione e lotta femminista*. Ombre Corte: Verona, Italia.

Ferreira C.C., Locateli M.A.R., Faria S.A.M., Marques M.C., Amorim F.F., Mattana R.S. (2018). *Feiras orgânicas e agroecológicas como estratégia para o redesenho das cadeias produtivas*. Cadernos de Agroecologia. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, Vol. 13, N° 1.

Ferreira da Silva L.C., Dos Santos Silva M.R., Medeiros Jalil L., Pereira de Freitaslu K., Oliveira M.S. (2021). *As mulheres e seus saberes: proporcionando biodiversidade nos agroecossistemas*. Anais do evento Convergências e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, 16(1).

Gallar D., Calle Collado A. (2017). *La construcción de sujetos políticos y la agroecología: una lucha por la vida*. Boletín ECOS, Fuhem Ecosocial, 39: 1-8.

García Rocés I (2017). *Perspectiva ecofeminista del trabajo y de las relaciones de poder: la red de Agroecología ACS – Amazonía en Acre – Brasil*. Tesis Doctoral. Universidad de Córdoba, España.

García Rocés I., Soler Montiel M., Cantó A.S.I. (2015). *Perspectiva ecofeminista de la Soberanía Alimentaria: la Red de Agroecología en la Comunidad Moreno Maia en la Amazonía brasileña*. Relaciones Internacionales 27: 75-96.

Gliessman S.R. (2002). *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. CATIE: Turrialba, Costa Rica. ISBN: 9977-57-385-9. pp. 303-306.

Gliessman S., Friedmann H., Howard P.H. (2019). *Agroecology and Food Sovereignty*. IDS Bulletin 50(2): 91-110.

Gomes M. (2020). *Diz em que feira andas que te direi quem és: notas etnográficas sobre feiras agroecológicas urbanas em Fortaleza*. Cadernos de Agroecologia, Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, Vol. 15, N° 2.

GT de Mulheres da ANA (2018). *Sem feminismo não há agroecologia!* GT Mulheres da ANA, IV ENA, Belo Horizonte/MG, Brasil, 2018. Disponível no link: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-297.pdf> (último acesso: 21/07/2021).

Guillamón A., Ruiz C. (2015). *Feminismos y lucha por el territorio em América Latina*. Pueblos – Revista de Información y Debate, n°64. Disponível no link: <http://www.revistapueblos.org/blog/2015/02/09/feminismos-y-lucha-por-el-territorio-en-america-latina/> (último acesso: 7/07/2021).

Haraway D. (1995). *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinención de la naturaleza*. Ediciones Cátedra: Madrid, España.

Harding S. (2002). *¿Existe un método feminista?* En: Bartra E (org.), *Debates en torno a una metodología feminista*. 2º Ed., Universidad Autónoma Metropolitana y Universidad Nacional Autónoma de México: Ciudad de México, México. ISBN: 970-32-0311-6.

Herrero Y. (2011). *Propuestas ecofeministas para un sistema cargado de deudas*. Revista de Economía Crítica 13: 30-54.

Herrero Y., Cembranos F., Pascual M. (2019). *Cambiar las gafas para mirar el mundo*. Libros en Acción: Madrid, España. ISBN: 978-84-948749-4-9.

Kabeer N. (1999). *Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment*. Development and Change, 30: 435-464.

Larrauri O.M., Pérez Neira D., Soler Montiel M. (2016). *Indicators for the analysis of peasant women's equity and empowerment situations in a sustainability framework: a case study of cacao production in Ecuador*. Sustainability, 8: 1231.

Leite D.C., Teles E.C.P.V.A. (2019). *Comercialização de produtos agroecológicos a partir de circuitos curtos: a experiência das feiras agroecológicas de Recife, Pernambuco*. Extramuros, Revista de Extensão da UNIVASF, Petrolina, Vol. 7, Nº 2.

Llanque A., Dorrego A., Costanzo G., Elías B., Catacora-Vargas G. (2018). *Mujeres, trabajo de cuidado y agroecología: hacia la sustentabilidad de la vida a partir de experiencias en diferentes eco-regiones de Bolivia*. Em: Zuluaga Sánchez G.P., Catacora-Vargas G., Siliprandi E. (coords.). *Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA/CLACSO: La Paz, Bolivia. pp. 123-139. ISBN: 978-99974-0-310-0.

Lopes Ferreira A.P., Mattos L.C. (2017). *Convergências e divergências entre feminismo e agroecologia*. Ciência e Cultura, 69(2): 38-43.

Martínez Benlloch I., Bonilla Campos A. (2000). *Sistema sexo/género. Identidades y construcción de la subjetividad*. Universitat de València: Valencia, España. ISBN: 84-370-4154-6.

Mendonça Sousa M.L., Lima Neto R.F., Mariano F.M.A., da Costa M.I.E. (2021). *As contribuições das mulheres para a soberania e segurança alimentar e nutricional no contexto da agroecologia*. Anais do evento Convergências e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, 16(1).

Moore H. (1989). *Feminism and Anthropology*. University of Minnesota Press: USA.

Moreira M.E.T., da Silva G.C., Cavalcanti E.R., de Lemos S.M., Petroni C. (2020). *Intercâmbios no Espaço Agroecológico da Várzea: aproximação entre o campo e a cidade*. Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Agroecologia, Noviembre de 2020, Montevideo, Uruguay.

Neves G.C., Sebastiani R., de Oliveira R.E. (2021). *Mulheres agricultoras e agroextrativistas e seu papel na conservação da biodiversidade e na promoção da agroecologia*. Anais do evento Convergências e divergências: mulheres, feminismo e agroecologia, 16(1).

Orozco A.P. (2019). *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Traficantes de Sueños: Madrid, España. ISBN: 978-84-96453-48-7.

Pacheco M.E.L. (2002). *Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero*. Em: Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs. GTGênero, Plataforma de Contrapartes Novib: Recife, Brasil.

Pacheco M.E.L. (2009). *Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres*. Agriculturas, 6(4): 4-8.

Petit B. (2018). *Mujeres, estrategias y dinámicas en un sistema agroalimentario alternativo. El caso de la feria agroecológica de la PACAR en Ambato en la provincia de Tungurahua en Ecuador*. Trabajo de Fin de Master. Master Oficial en Agroecología. Un enfoque para la sustentabilidad rural. UNIA, UCO, UPO.

Prats F., Herrero Y., Torrego A. (2017). *La Gran Encrucijada. Sobre la crisis ecosocial y el cambio de ciclo histórico*. 2ª Ed. Libros en Acción: Madrid, España.

- Puleo A.H. (2005). *Los dualismos opresivos y la educación ambiental*. Isegoría, 32: 201-214.
- Puleo A.H. (2010). *Ecofeminismo: la perspectiva de género en la conciencia ecologista*. Em: *Ecologistas en acción* (ed.), Claves del ecologismo social. Ecologistas en acción: Madrid, España. pp. 169-173.
- Rosset P.M., Martínez-Torres M.E. (2012). *Rural Social Movements and Agroecology Context, Theory and Process*. Ecology and Society, 17(3): 17.
- Rubio M.J., Varas J. (1997). *Análisis de la realidad en la intervención social. Métodos y técnicas de investigación*. Editorial CCS: Madrid, España.
- Ruiz Olabuénaga J.I. (2012). *Metodología de la investigación cualitativa*. 5º Ed. Universidad de Deusto: Bilbao, España. ISBN: 978-84-9830-673-6.
- Sá E. (2021). *A importância das feiras orgânicas e agroecológicas em todo o Brasil*. Publicado no Mídia Ninja no dia 09/04/2021. Disponível ao link: <https://midianinja.org/news/a-importancia-das-feiras-organicas-e-agroecologicas-em-todo-o-brasil/> (último acesso: 28/08/2022).
- Seibert I.G. (2017). *Feminismo campesino popular: una propuesta de las campesinas de Latinoamérica*. Soberanía alimentaria, biodiversidad y culturas, 29: 6-9.
- Sevilla Guzmán E. (2006). *Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re"construcción de la soberanía alimentaria*. Agroecología, 1: 7-18.
- Sevilla Guzmán E., Soler Montiel M. (2010). *Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria*. En: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico (Ed.), Patrimonio cultural de la nueva ruralidad andaluza. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura: Sevilla, España. pp. 191-127.
- Sevilla Guzmán E., Soler Montiel M., Gallar Hernández D., Vara Sánchez I., Calle Collado A. (2012). *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces: Sevilla, España. ISBN: 978-84-695-6748-7.
- Sevilla Guzmán E., Woodgate G. (2013). *Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica*. Agroecología 8(2): 27-34.
- Siliprandi E. (2011). *Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar*. Pensamiento Iberoamericano, 9: 169-183.
- Siliprandi E. (2012). *Soberanía alimentaria y ecofeminismo*. En: Cuéllar M, Calle A, Gallar D (eds.), Procesos hacia la soberanía alimentaria. Perspectivas y practicas desde la agroecología política. Icaria Editorial: Barcelona, España. ISBN: 978-84-9888-453-1. pp. 47-62.
- Siliprandi E. (2015a). *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. ISBN: 978-85-7108-400-1.
- Siliprandi E. (2015b). *Una mirada ecofeminista sobre las luchas por la sostenibilidad en el mundo rural*. En: Puleo AH (coord.), Ecología y género en diálogo interdisciplinar. Plaza y Valdés: Madrid, España. ISBN 978-84-16032-43-3, pp. 279-290.
- Siliprandi E., Cintrão R. (2011). *As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*. Segurança Alimentar e Nutricional, 18(2): 12-32.
- Siliprandi E., García Forés E. (2012). *Enfoque de género y ecofeminismo*. Curso de Especialización en Soberanía Alimentaria y Agroecología Emergente, UNIA, España.
- Soler Montiel M, Calle Collado A (2010). *Rearticulando desde la alimentación: canales cortos de comercialización en Andalucía*. En: Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico (Ed.), Patrimonio cultural de la nueva ruralidad andaluza. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura: Sevilla, España. pp. 258-283.
- Soler Montiel M., Pérez Neira D. (2012). *Canales cortos de comercialización alimentaria en la construcción de sistemas alimentarios alternativos*. En: Cuéllar M., Calle A., Gallar D. (eds.), Procesos hacia la soberanía alimentaria. Perspectivas y practicas desde la agroecología política. Icaria Editorial: Barcelona, España. ISBN: 978-84-9888-453-1. pp. 63-80.

Soler Montiel M., Pérez Neira D. (2014). *Alimentación, agroecología y feminismo: superando los tres sesgos de la mirada occidental*. Em: Siliprandi E., Zuluaga G.P. (coords.), Género, agroecología y soberanía alimentaria. Perspectivas ecofeministas. Icaria Editorial: Barcelona, España. ISBN: 9788498886054.

SORKIN (2016). *(Re)significando los saberes de las mujeres desde enfoques convergentes: feminismos y agroecología*. VI Congreso Internacional de Agroecología. GIEEAH de la Universidad de Vigo, España, Junio de 2016.

van der Ploeg J.D. (2015). *I nuovi contadini. Le campagne e le risposte alla globalizzazione*. Donzelli Editore: Roma, Italia. ISBN: 9788868433994.

Zuluaga Sánchez G.P., Catacora-Vargas G., Siliprandi E. (Coord). *Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias*. SOCLA/CLACSO: La Paz, Bolivia. ISBN: 978-99974-0-310-0.

Anexos

Anexo 1 – Roteiro para as entrevistas semiestruturadas

PARA COMEÇAR

Introdução sobre a vida da mulher: De onde é? Onde mora? Tem filhos? Quantos e de que idade? Com quem moram? Vivem só da agricultura ou tem outras fontes de renda? Quem trabalha na propriedade? Sempre foi assim? Relação com o trabalho na terra, origem campesina?

TEMA 1 – Surgimento e implementação da feira agroecológica do EAV

1. *Em que nível a tomada de iniciativa das mulheres foi determinante para a inclusão/participação no EAV?* [Como surgiu o EAV e porque? As mulheres formaram parte do processo? Com que papel? Como começaram a participar?]

2. *A respeito das atividades cotidianas e da divisão do trabalho entre homens e mulheres, como era antes da participação no EAV?* [Como era o trabalho antes da participação no EAV? Quem fazia o que? Que atividades se faziam para gerar renda? Quem se ocupava da agricultura?]

TEMA 2 – Oportunidades e dificuldades no desenvolvimento do EAV

1. *A respeito das atividades cotidianas e da divisão do trabalho entre homens e mulheres...* [Mudou alguma coisa na família em relação ao trabalho depois da participação no EAV? O que mudou? Mudaram algumas características do trabalho entre homens e mulheres? Como é seu trabalho agora? Que tarefas você desenvolve em casa, no campo, na comunidade, no EAV? Têm diferenças com as tarefas dos homens?]

2. *Que oportunidades têm nascido para as mulheres graças à participação no EAV?* [Porque você participa no EAV? O que trouxe pra você a participação nesse espaço? Você percebeu alguma mudança desde que começou a participar? O que você pensa que tem melhorado? Que coisas positivas trouxe? Participam mais homens ou mais mulheres? Por que? Quais mudanças positivas se produziram como consequência da participação no EAV para a família? Quais mudanças na divisão do trabalho em casa, no campo, na comunidade, na comercialização?]

3. *Quais desafios/dificuldades enfrentam as mulheres, em relação ao EAV, na família, no campo e/ou no espaço de comercialização?* [Você tem alguma dificuldade para participar? Quais? Quais necessidades achas que teria para melhorar a participação das mulheres? Que problemas ou necessidades se produziram na família como consequência da participação no EAV? Quais melhorias e/ou necessidades se evidenciam na comercialização?]

Anexo 2 – Transcrição da entrevista a uma mulher do EAV

C. – 28/08/2021 – Espaço Agroecológico da Várzea, Recife, Brasil

Nasceu no Espírito Santo e chegou em Pernambuco em 2007, até então sem ter contato nenhum com a agricultura (só o bisavô tinha uma granja pequenininha e a bisavó que tinha uma hortinha pessoal em casa).

Quando eles chegaram em Pernambuco, o pai dela gostava de criar cavalos, mas os cavalos ficaram na Bahia e eles foram procurar uma terra para poder criar os cavalos, somente. Aí eles acharam o sitio em Igarassu, 6 há de puro barro, bem degradado e abandonado. Não conseguiam plantar nada nem cavar buraco, terra sem água, sem nada. Então os filhos (Camila e seus dois irmãos) se afastaram porque acharam que não ia dar em nada. Ainda mais a mãe descobriu que a terra que eles tinham comprado era de Assentamento (não poderiam ter comprado, mas o dono já tinha dado o sumiço), e descobriram assim que existia uma Associação de Agricultores desativada há 20 anos que a mãe reativou se tornando presidenta para tentar resolver a situação. Dessa forma começaram a conhecer muitas pessoas que moravam no entorno e foram apresentados a Rubineide, uma senhora que mora umas 4 parcelas depois da deles. Ela fazia parte da Associação Terra e Vida.

“Aí ela [Rubineide, n.d.t.] olhou para os 6 ha que não tinha nada, e disse – Porque que vocês não tentam agroecologia aqui? A gente nem sabia o que é que era agroecologia e aí foi aquela coisa né, aí ela levou a gente para uma reunião da Associação e na época seu Jonas era vivo e ele resolveu ir lá em casa e disse que ia ajudar em tudo, inclusive arranjar as mudas e arranjar as sementes, ia fazer tudo, a ideia dele era sempre propagar cada vez mais, e ele dizia que quanta mais gente ele trouxesse para a agroecologia, mais bem ele estava fazendo pro mundo. Então ele foi lá em casa, a gente começou assim com pequenos espaços, ali, monta tal coisa ali, e ele ensinou a gente o que tinha que plantar pra ir ajudando a terra. Então no início, aí mesmo que eu e meus irmãos descreditávamos de tudo, porque aí, amendoim forrageiro, feijão de porco, e abacaxi, era basicamente isso que foi plantado. E a gente ficava de novo assim, pra que isso? E aí o planejamento foi mudando, foi mudando, pra ir conseguir melhorando, e hoje a gente tem uma variedade enorme no sitio. A gente não vende em natura, mas planta essa variedade pra ter as coisas diferentes no beneficiamento. E aí foi esse processo devagarinho.”

“Quando foi em 2011, finalzinho de 2011, eu engravidei, e eu corri pra casa da minha mãe. Porque eu não tinha ideia do que seria ser mãe e aí foi minha fugida, e aí lá eu tendo esse contato dia a dia no sitio, me despertou o interesse, e eu entendi que não era aquela baboseira que eu achava que era, aquela coisa utópica que não ia dar certo. Ai por muito tempo a gente se sustentou vendendo de porta em porta, a gente vinha pra Recife, em alguns prédios de repartição publica, eles deixavam a gente entrar, a gente já vendia os produtos beneficiados.” [...] “A gente foi para o beneficiamento através do pessoal da Associação porque a Terra e Vida ela já é conhecida por beneficiar alimentos, e aí a gente foi aprendendo, participava de alguns eventos...”

“Foi guerra no início. E a gente não era muito aceito no meio agroecológico. Existia certas restrições por conta do nosso passado de comercio, a gente tinha um passado de comerciante bem grande, assim, sabe, meu pai era presidente da Associação Baiana de Supermercados, então a gente vinha de outra coisa, de

outro tipo de pensamento [...]. Então a gente era os capitalistas, os mercenários, sabe, aquela coisa. E aí devagarinho a gente foi mostrando que não era isso, que a gente teve sim essa vida, mas que agora tava buscando outra coisa. E aí a gente conseguiu fazer a abertura da primeira feira nossa, que foi em Dois Irmãos, na frente da praça.”

“Eu, quando foi em 2015, finalzinho de 2015, eu sai da agroecologia de novo, porque é muito difícil você ser jovem nesse meio, o espaço nunca é seu, você é olhada tipo, como assim, eu por muito tempo tive vergonha, quando perguntavam, o que é que você é, eu falar “sou agricultora” dava aquele entrave em mim, sabe? Aí eu falei, não, eu vou sair disso, se eu não me orgulho do que eu faço, se eu tenho que ficar dando explicação, aí disse vou sair, não é meu meio, aí fui para o turismo.” [...] “Fiquei trabalhando no turismo em Recife dois anos. E nesse processo tive que deixar meu filho com o pai. E eu me culpava muito, por deixar meu filho morando com o pai. Aí eu disse, não, eu vou voltar. Voltei para a agroecologia que foi que me deu oportunidade de ter meu filho morando comigo de novo. E aí eu voltei com outro entendimento. A gente já voltou tendo a questão, eu fiquei um pouco na feira de Setúbal, que meus pais fazem, e aí pouco tempo depois, acho que uns seis meses, teve a questão da Feira da Várzea, de começar este fomento. E a feira da Várzea foi ela que me ajudou a ter orgulho do que sou. Em muitos, não só nessa parte da vida assim, mas a gente teve muitas rodas de diálogo, teve muitas vivências, teve muita gente ao invés de torcer o nariz, né, de dizer que tinha orgulho, e aí eu fui entendendo que não preciso ter vergonha disso mais, que é normal, me tirou esse peso, foi muito bom. E aí hoje eu acho que dificilmente eu saio de novo, a não ser que a vida de uma reviravolta e eu precise sair disso, mas a ideia não é essa.”

“Eu nunca tinha ouvido falar de agroecologia e quando o seu Jonas veio com aquela ideia eu pensei que era um véi louco que não tinha o que fazer. Era assim que a gente pensava. Meus pais não, mas eu e meus irmãos, não gente, povo sem noção. [...] Eu falo assim, esses três anos de feira da Várzea foi o que me deu inclusive condição de falar sobre, de saber né... Essa feira foi uma oportunidade de eu e meu irmão ter um pouco de independência financeira, decidimos assumir isso, até então a gente fazia um pouco de produtos e dava pra minha mãe vender na feira lá, mas agora a gente tem a nossa feira.”

[...]

“O sítio está sendo reconhecido, e a gente ganhou muito alcance pela variedade de coisas. Nenhuma banca que fazia beneficiamento tinha isso de ser muito variado. E como minha família todinha gosta de cozinhar e a gente já teve oportunidade pelo passado de conseguir ter um conhecimento legal, cultural assim, de comida, então a gente traz isso para a cozinha e para a realidade da agroecologia”.

[...]

“Eu sinto que foi uma coisa meio da gente mesmo [mulheres da família, ela e a mãe, n.d.t.] de querer estar a frente deste processo. Quando começou era eu e minha mãe na cozinha e meu pai basicamente dirigia pra gente, até ele também se sentir dentro do processo. Porque pra ele ficava naquela coisa de “eu fico no sítio e vocês na cozinha”, e aí na hora de vender ele era o motorista. E aí hoje ele já se inteirou... ele entra na cozinha, tem as coisas que ele faz, essa parte, carne de jaca, sucos, o de congelar é mais ele que faz. E aí ele entendeu que ele não precisa ser o homem que fica na roça e as mulheres ficam na cozinha. Então a gente também vem pro campo mais, porque ele também permite mais, porque antes era aquela coisa de deixa que eu faço, querer se virar com tudo, e aí ficava pesado pra ele, então hoje a gente tem a família faz tudo, não tem muita coisa mais com isso não...” [...] “Minha família, apesar de entender que veio de base muito machista, e essa coisa do patriarcado ser muito forte, com o tempo a gente está conseguindo ver que os

homens e as mulheres da família estão abrindo um pouco mais a cabeça pras coisas, no início eu sentia um pouco de incomodo sim, eu tenho certeza que não foi uma coisa pensada do meu pai, mas ele era um homem que se destacava, ele no passado da gente era o presidente disso, ele era não sei o que disso, e minha mãe era a esposa dele, que fazia tudo, mas não aparecia, era só a esposa dele. E aí quando minha mãe passa a ser a figura, e ela do sitio, ela é a figura, não é meu pai, não sou eu, não é meus irmãos, é ela, ela tomou meio que a cara do sitio. E aí no início a gente sentia um pouco de incomodo, e agora eu não vejo mais, se for é sutil demais". "O processo da agroecologia tem contribuído 100% com isso, porque quando eu comecei a ter mais entendimento, até de como falar, até de como entender que aquilo foi machista e tentando cavar pelos lados pra ter que mostrar, eu acho que isso melhorou também, e fora isso minha mãe começou a ter muito entendimento também que ela deve ser escutada, que ela precisa então, eu acho que devagarinho a gente foi construindo e desconstruindo. Quando eu vejo meu pai de hoje para meu pai de 15 anos atrás, outra pessoa. E não só meu pai, minha mãe, meus irmãos, eu, a gente tem outro entendimento de vida, e isso eu acho maravilhoso."

"A gente quando foi montar o espaço da Várzea a gente pensou que a maioria da coordenação deveria ser jovem ou mulher, com preferencia sendo mulher. E aí de primeira assim um três ou quatro componentes me indicaram, me escolheram, foi unanime, todo mundo aceitou. E aí eu não tive muita escolha, mas foi muito bom. Aí no primeiro ano a gente não teve a questão da pandemia, e a gente tinha muita roda de dialogo, muitos eventos culturais, a gente falava de muita coisa, assim, que era pra incomodar mesmo e demonstrar que deveria se abrir os pensamentos né? E aí foi uma vivencia massa, porque eu sofri por algumas coisas, de muita gente parar de comprar na banca da gente inclusive, muitos consumidores pararam, porque eu proibia, ou seja, era um acordo coletivo mas eu era a pessoa chata, que dizia que não podia comprar antes das 7, eu era a chata que todo problema que tinha na feira me apontavam, como é culpa dela, quase isso, assim, e aí muitos consumidores deixaram de comprar na banca da gente. Das rodas de dialogo eu já escutei algumas gracinhas também, e aí eu batia de frente naquilo, a gente teve uma roda uma vez, tava tendo a parada da diversidade, e aí uma semana antes a gente fez a roda de dialogo no tema da parada da diversidade, e aí a gente encheu a praça de bandeira LGBT, lotou a roda, teve muita gente, e aí eu indo pra roda pra apresentar uma senhorinha me parou "Pra que que é isso tudo aqui?", aí eu já senti o porque, e aí eu disse "Pra enfeitar a praça, ô como ta bonita, olha como ta linda toda colorida"... e aí ela não sei o que não sei o que começou a reclamar, eu disse, ô, a senhora está me desrespeitando, porque inclusive eu sou LGBT, aí dei aquela assim, que ela nunca mais comprou na minha banca. A gente teve uma vez, a Barraca PF [Paulo Freire, n.d.t.] ficava com preservativo lá pras pessoas levarem pra casa, e a barraca ficava bem do lado da barraca da gente, então as vezes quando não tinha ninguém e chegava alguém lá eu ia, e aí tinha uma cestona lá de preservativo, e aí uma senhorita também pegou no preservativo, e eu tipo, de boa, aí ela disse "o que é que isso, um docinho, é?". Aí eu disse "não, é um preservativo", "o que?", aí eu disse "um preservativo", "e pra que que é isso?" e aí eu disse, ahi meu Deus do céu, né... Aí fui falar formalmente pra que que era, e ela jogou no chão na hora, jogou no chão com tudo, "e essa feira com essas coisas que não sei o que", e saiu batendo o pé. [...]

"Pra mim foi maravilhoso o processo da feira, eu cresci muito, eu digo assim, minha maturidade fez assim nesse um ano e meio! Em parte disso a gente foi aprovado num projeto do Fundo Casa, do Casa Cidades, aí eu viajei pra Brasília pelo projeto, conheci um monte de gente, várias iniciativas de agroecologia, foi massa porque a gente trouxe isso pra cá, o que a gente viu que poderia agregar, e aí foi uma experiência

massa porque eu nunca tinha participado de nada do tipo assim, e aí também me fez ter um entendimento bem legal, principalmente das dificuldades de cada um.” [...] “E aí essa questão da coordenação me ajudou principalmente também a entender mais a agroecologia, porque até então a parte política e social da agroecologia eu não tinha ideia, era só a vivência da prática ali no campo e tudo mais. E aí a outra parte eu não tinha ideia, e aí a coordenação me deu essa oportunidade de entender que em tudo tem agroecologia, na saúde, nas relações sociais, nos direitos né, em tudo, quando você vê em tudo a agroecologia tá inserida, foi muito bom”. [...] “A feira me trouxe a independência financeira que eu precisava porque filho a gente sabe como é, não é fácil, ela me trouxe a liberdade de ser, não só a questão de agricultora, mas o ser LGBT também me ajudou muito, eu tinha vergonha, e era uma coisa que eu trabalhava em mim assim de tentar entender que eu não preciso justificar o ser, né, e aí a feira também me ajudou nisso. Eu acho que é isso, assim, mais por esse lado, o respeito por mim, sabe, que aumentou drasticamente, eu aprendi a me respeitar muito depois da feira. E ainda venho aprendendo mais, né...”.

[...] [falando sobre a pandemia]: *“A sorte da gente é que tem um sítio. Uma riqueza enorme. Eu não tinha ideia. Eu sabia que era uma coisa a se valorizar, a entender que era bem dentro da realidade de poucos a gente sabe que aquilo é muito rico, a gente tem 6 há de comida, produtivos... eu vi uma frase da minha vó um dia desses, aí ela disse bem assim “Olha, aconteça o que acontecer fiquem juntos e qualquer coisa se isolem dentro do sítio porque aqui vocês tem o que comer, tem como sobreviver”. Aí eu fiquei depois naquilo, né, disse pior que é verdade, se o cenário político mudar de forma drástica, que é o que parece que vai, Deus queira que não, mas tá dando medo”.*